

## Parte II - Subordinação no sintagma

### 9 - As orações relativas

Roberto Gomes Camacho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CAMACHO, RG. As orações relativas. In: PEZATTI, EG., orgs. *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 249-305. ISBN 978-85-6833-480-5. Available from: doi: [10.7476/9788568334805](https://doi.org/10.7476/9788568334805). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/zpbsx/epub/pezatti-9788568334805.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 9

## AS ORAÇÕES RELATIVAS

*Roberto Gomes Camacho\**

### **Palavras iniciais<sup>1</sup>**

Neste capítulo são tratadas as orações relativas, também denominadas “adjetivas” pela gramática tradicional. Uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte “pivô” (Vries, 2002) que é semanticamente compartilhado tanto pela oração principal quanto pela oração relativa. Se o pivô, que se identifica com um sintagma nominal (Np), aparece expresso na oração principal, ele é reconhecido como um antecedente. Essa condição produz o tipo de estrutura predominante no português, a relativa de núcleo externo, que ocupa uma posição que pode ser preenchida por um pronome relativo, cuja função é recuperar anaforicamente o termo antecedente. Há, todavia, relativas no portu-

---

\* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (camacho@ibilce.unesp.br; bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, proc. 301386/2008-0; bolsista da Capes, proc. BEX 5787-10-6).

1 Agradeço ao colega Eli Nazareth Bechara, já aposentado, pela colaboração valiosa no processamento da amostra, e a duas ex-orientandas do Pibic, Mariana Lima e Ana Carolina Freschi, pelo trabalho rigoroso de coleta e processamento dos dados.

guês em que não há recuperação de antecedente e o conector é uma conjunção ou um marcador de relativização (Dik, 1997b), situação também prevista nos estudos tipológicos de Vries (2002).

As orações relativas aparecem sempre como sentenças morfosintaticamente encaixadas num Np. Na Gramática Discursivo-Funcional, o sintagma (*phrase*) é a camada do nível morfossintático situada abaixo da oração e que atua como um componente estrutural dela. O sintagma, assim como a oração, pode conter outros sintagmas ou orações que, no interior do sintagma mais alto, podem atuar como argumentos ou modificadores.

As relativas que atuam como modificadores restringem ou determinam o sentido do sintagma nominal (Np) em que se acham encaixadas, acrescentando-lhe, portanto, alguma informação relevante para a construção ou a identificação da referência; por isso, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) as identifica como adjetivas restritivas. A sentença (1) contém um exemplo desse tipo de relativas.

- (1) **aqueles (homens)** *que trabalhavam efectivamente a terra* não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

As relativas que atuam como um aposto (*aside*) acrescentam apenas um comentário do locutor sobre a entidade denotada pelo Np. Por isso, a NGB as identifica como adjetivas explicativas. A sentença (2) contém um exemplo desse segundo tipo de relativa.

- (2) conheci grandes treinadores, **Roberto Kell**, *que foi o famoso treinador dos violinos do Sporting* (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

No arcabouço teórico da GDF, apresentado no Capítulo 1 deste volume, uma oração restritiva, como a de (1), codifica categorias semânticas que modificam o Np de que fazem parte, restringindo sua referência; por isso, uma restritiva se define no âmbito do nível representacional. Uma oração não restritiva, como a de (2), codifi-

ca, por seu lado, atos discursivos, categorias pragmáticas e, como tal, próprias do nível interpessoal.

As orações não restritivas envolvem uma relação de dependência entre dois atos discursivos nucleares e são adicionadas à antecedente no nível morfossintático, onde se acham disponíveis estruturas para acomodar orações restritivas. Orações não restritivas imitam de modo parcial a estrutura das restritivas, mas têm uma origem radicalmente diferente delas na gramática, já que as restritivas se originam no nível representacional como restritores secundários dentro de descrições de entidades nucleadas por um nome (Hannay; Vester, 1987, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.57).

## Processo de formulação: aspectos pragmáticos

Consideremos os exemplos de relativas não restritivas de (3a)-(3c).

- (3) a **a própria metrópole**, *que nos colonizou*, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Angola 97: Ensino em Angola)
- b e **Camilo**, segundo dizem, *que andava sempre a pedir dinheiro emprestado*, bateu à porta dessa referida quinta, a ver se era atendido. (Portugal 97: Amores de Camilo)
- c se uma mulher é, é possuidora das belezas das estrelas, eh, dos cânticos dos anjos, que Deus adornou a mulher com um encanto infinito, ora **nós**, *que se viemos ao mundo para as apreciar*, temos de ser conduzidos por coisas muito mais firmes do que a beleza que nos es[...], eh, estampa logo aos olhares, senão perdemos. (Portugal 97: Amores de Camilo)

Esse tipo de relativa retoma um indivíduo com uma identificação específica e definida pelos interlocutores. Trata-se, portanto, de sintagmas referenciais definidos em (3a) com denotação única e, ainda mais especificamente, com nomes próprios em (3b) e pronomes dêíticos em (3c).

O núcleo nominal da sentença em (3b) é representado por um nome próprio, que, por definição, consiste num conjunto unitário. O Np “a própria metrópole” de (3a), que atua como uma descrição definida, também deve ser visto como um conjunto unitário, uma vez que, no contexto de ocorrência, tem Portugal como referência única.

Como conjuntos unitários não admitem restrição, a função da relativa não restritiva ou apositiva é apenas fornecer especificação adicional ao núcleo nominal. A pausa ou a variação de tessitura que costuma marcar a fronteira entre a oração principal e a relativa indica ainda tratar-se aqui de dois atos discursivos, cada qual com força ilocucionária própria.

A unidade semântica correspondente aos sintagmas referenciais tipicamente dêiticos não contém informação lexical. Essa situação em que uma unidade é semântica, mas não formalmente desprovida de um núcleo, corresponde a um caso de núcleo ausente<sup>2</sup> na GDF. Em função desse comportamento, núcleos ausentes não admitem modificação, já que a qualificação de um nome próprio como “Camilo” somente pode ser do tipo pragmático, como ocorre em construções tipicamente avaliativas do falante como em “Pobre Camilo!” (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Por essa razão, nomes próprios só podem ser modificados por uma relativa restritiva se estiverem envolvidos numa situação de contraste, como em (4), que constitui uma adaptação de (3b), em que “Camilo” se converte numa espécie de nome comum.

- (4) **O Camilo** *que eu conheço* andava sempre a pedir dinheiro emprestado.

De modo similar, a relativa não restritiva é manipulada pragmaticamente de modo a envolver um ato discursivo separado, como ocorre em (3a), aqui repetida como (5), em que é possível reco-

---

<sup>2</sup> Mesmo assim, a representação dessa unidade, no nível representacional, não pode ser omitida, em virtude de ela exercer uma função argumental no contexto semântico do predicado verbal.

nhecer dois atos discursivos contendo dois subatos referindo-se ao mesmo indivíduo (metrópole).

- (5) **a própria metrópole, que nos colonizou**, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Angola 97: Ensino em Angola)

As orações relativas não restritivas admitem modificadores ilocucionários, já que são analisadas como atos discursivos em si mesmos e, como tal, com sua própria força ilocucionária, condição de que resulta um contorno de entonação independente. Isso explica por que uma oração relativa, como (6a), admite o modificador “infelizmente” orientado para o conteúdo comunicado do ato discursivo para indicar a atitude subjetiva do falante em (6b).

- (6) a a ANI tem um contrato com a United Press International, **que é uma grande agência americana** e que tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo (Portugal 73: Jornalismo)
- b a ANI tem um contrato com a United Press International, **que, infelizmente, é uma grande agência americana** e que tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo

A relativa não restritiva fornece informação de fundo, adicional, sobre um indivíduo introduzido na oração principal, o que a identifica com a função retórica aposição (*aside*). Cada conteúdo comunicado deve conter um subato referencial que evoca a mesma descrição de entidade evocada no nível representacional.

Em casos de múltiplos atos discursivos dentro de um movimento, a ordem linear deles reflete a sucessão temporal. Múltiplos atos discursivos permitem possíveis sobreposições no nível morfossintático (ver adiante). Desse modo, a expressão de um ato discursivo, uma vez iniciada, pode ser interrompida pela expressão de outro ato discursivo completada mais tarde, como no caso de certas orações relativas não restritivas, como (7a)-(7b), que são inseridas no centro de outro ato discursivo.

- (7) a a irmã Danuta, *que é uma ma[...]*, uma, uma madre, *que está também ligada dentro deste projecto*, fez o, os primeiros socorros e, prontos, eh, passou aí a noite, no dia seguinte... (Angola 97: Meninos de rua)
- b a irmã Danuta, (início de  $A_1$ ) *que é uma ma[...]*, uma, uma madre, *que está também ligada dentro deste projecto*, ( $A_1$ ) fez o, os primeiros socorros (fim de  $A_1$ ).

Merece destaque a referência da relativa ao conteúdo comunicado de um ato discursivo, não a um subato referencial cujo conteúdo é uma referência que se constrói ou se identifica (Dik, 1997b). Considerem-se os exemplos de casos típicos contidos em (8a)-(8d).

- (8) a ah, poderemos adiantar mais alguma coisa que ajude o nosso telespectador a resolver o assunto, uma vez que pelos vistos, eh, ignora totalmente – *o que é compreensível* – ignora totalmente estas situações. (Portugal 89: Mundo do direito)
- b nós não podemos pensar se é possível fazer. nós temos que fazer, *que é diferente!* nós temos que fazer! e há, desde que haja vontade das pessoas, desde que haja vontade política dos governos, tudo se pode fazer (Angola 97: Guerra e ambiente)
- c eh, nesta situação o companheiro vivendo há mais de cinco anos em comunhão de vida idêntica à dos cônjuges, *que é o caso da nossa telespectadora*, tem o direito a que se lhe transmita o arrendamento. (Portugal 89: Mundo do direito)
- d tenho certas dúvidas se de facto se vive melhor na cidade do que no campo, não é, mas prontos, eh, por outro, as pessoas é o isolamento, é, é estarem mais em comunicação com o mundo. *coisa que, eh, o campo não possibilita, não é*, (Portugal 95: Grandes cidades)
- e Armando Cortesão [...] já acalentava a ideia de percorrer todos os cartógrafos possíveis, portugueses e do século dezasseis, *o que veio a dar lugar a um... livro, dois volumes publicados inicialmente pela Seara Nova* (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

As relativas, nesse caso, claramente não restritivas, representam um ato discursivo adicional, constituindo, por isso, “relativas de frase” (Brito; Duarte, 2003). Esse ato discursivo contém, na

maioria das vezes, um comentário avaliativo do interlocutor sobre o conteúdo comunicado de outro ato discursivo, enunciado em adjacência imediata no discurso corrente, conforme se observa nos exemplos de (8a)-(8c).

Particularmente o exemplo (8b), um dos dois casos de relativa com um conector simples, consiste num fragmento de um texto mais extenso sobre a questão do meio ambiente em Angola e as soluções possíveis para enfrentar a degradação ambiental.

Ao emitir opinião e construir sua argumentação, o informante enfatiza a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para conter a degradação, passando de uma modalidade epistêmica (“ser possível fazer”) para uma modalidade deôntica (“ter que fazer”). Nesse discurso, francamente argumentativo, o papel da relativa não restritiva é justamente acentuar a urgência das medidas governamentais.

O outro caso de conector simples é “que” seguido de “caso”, como aparece em (8c), em geral muito mais frequente, mas vale a pena discutir, devido à sua especificidade, o caso de (8e), no qual a função do comentário inserido na relativa não restritiva não é avaliar o conteúdo comunicado, como ocorre nos outros exemplos, mas fornecer uma informação adicional, não relevante para a identificação de nenhum referente. Na realidade, a função da relativa é adicionar o estado de coisas que resulta de outro estado de coisas enunciado no ato discursivo imediatamente anterior.

Vale a pena observar a natureza do conector. Em geral, quando se aplica ao conteúdo comunicado do ato discursivo precedente, uma relativa não restritiva aparece introduzida por “o que” (8a)-(8e), “que” (8b)-(8c) e “coisa que” (8d).

Uma questão relevante a discutir é o estatuto dos conectores “o que” e “coisa que” em oração apositiva de atos discursivos. Os conectores “que” e “o que” são intercambiáveis no mesmo contexto de (8b), o que leva a deduzir que se trata de variantes. A mesma alternância não é possível com “o que” nas relativas de atos discursivos, nos demais exemplos de (8), o que sugere estarmos diante de um morfema único, mas complexo, com certeza uma forma



derivada diacronicamente do sintagma [demonstrativo + que], cujo processo de gramaticalização ainda é preciso traçar.

Situação diferente se aplica ao caso da fórmula [N + (D) + que],<sup>3</sup> como “coisa/situação (essa) que”. Trata-se aqui de posições nominais complexas, isto é, constituídas por um N com ou sem D expresso e uma relativa (Brito; Duarte, 2003; Neves, 2000). A posição se reduz apenas ao nome (“coisa/situação”), já que é ele que retoma anaforicamente o conteúdo da oração anterior, não a relativa como um todo, que atua sobre esse nome como restritiva. A similaridade da expressão “coisa/situação que” com o conector “o que” é apenas aparente: enquanto “o que” introduz um ato discursivo que retoma o conteúdo comunicado do ato discursivo anterior, o molde [N + (D)], para “coisa/situação (essa)”, tem a função de retomar apositiivamente o estado de coisas da oração precedente. Como nome, é modificado, na sequência, por uma oração relativa restritiva.

## Processo de formulação: aspectos semânticos

### Relativas restritivas nucleares e não nucleares

A noção de antecedente permite, já de saída, distinguir dois tipos básicos de orações relativas restritivas: as relativas com antecedente, cuja incidência na amostra é significativamente majoritária, e as relativas sem antecedente, também chamadas livres ou não nucleares, exemplificadas em (9a). As relativas com antecedente (9b) são constituídas por um nome nuclear e pela oração relativa em si, que pode, por sua vez, ser identificada como restritiva, já que estabelece uma relação semântica de modificador com o antecedente; o mesmo valor semântico é atribuído às relativas livres.<sup>4</sup>

3 A inserção do determinante (D) entre parênteses indica tratar-se de elemento facultativo, e a barra, variação possível entre os nomes.

4 A oração não restritiva, tratada na seção anterior, é sempre constituída de antecedente, a não ser que apareça nela uma forma nominal do verbo. Em razão disso, tratamos nucleares e não nucleares como subtipos da relativa restritiva.

- (9) a *quem não, não estudou* não aprendeu. (Cabo Verde 95: As mor-nas)
- b *aqueles (homens) que trabalhavam efectivamente a terra* não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)

A principal propriedade semântica da relativa restritiva é a de identificar, num conjunto referencial mais restrito, a especificação de um conjunto maior, entendido como domínio da relativização (Keenan; Comrie, 1977).

A relativa de (9b) apresenta: como domínio de relativização, um determinado conjunto identificado como “homens”, dado no contexto discursivo e recuperado pela oração principal; como constituinte nuclear, ou constituinte pivô, o Np “aqueles homens”; e a imposição de uma condição semântica sobre o conjunto dado, fornecida pela oração relativa destacada em itálico, cuja função mais característica é restringi-lo.

Desse modo, o falante quer referir-se ao subconjunto das populações de determinadas áreas, não ao conjunto dos homens possíveis, e o domínio da relativa, denotado pelo nome nuclear “aqueles (homens)”, é estreitado, por assim dizer, pela única entidade que satisfaz a condição expressa pela oração relativa. Só a esse subconjunto se aplica a predicação principal. É nesses termos que a relativa restritiva tem sido tradicionalmente entendida como um modificador do núcleo nominal.

Há entretanto situações, como a de (9a), em que a oração, que não dispõe de um núcleo nominal explícito, tem a função de construir ela própria um indivíduo. Esse é o caso da relativa livre ou não nuclear. Nessa situação que envolve um caso de NP não nominal, o termo referencial da predicação encaixada não é preenchido por material lexical e uma entidade concreta e referencial é caracterizada como um estado de coisas. E é justamente em função dessa característica que uma oração livre pode atuar como o argumento da oração principal como as completivas.<sup>5</sup>

---

5 A propósito das completivas, ver Capítulo 2 neste volume.

Com efeito, “quem não estudou” atua como argumento sujeito de “não aprendeu” em (9a) e “o que nós queremos fazer”, como argumento objeto de “medir” como se vê em (10). Depreende-se o valor restritivo de (9a) no fato de que a predicação da principal (“não aprendeu”) se aplica a todos os indivíduos do conjunto dos que porventura não tenham estudado.

- (10) quando queremos fazer a justiça para com alguém que nos deve, ou para com alguém que n[...], ou que nos fez algum mal, eh, temos que medir bem **o que nós queremos fazer** (Angola 97: Conto tradicional)

Na oração não nuclear de (10), um conteúdo proposicional, atuando como complemento do predicado da principal (“medir” = avaliar), também é identificado mediante o recurso a um estado de coisas em que se acha envolvida uma referência indeterminada do pronome “nós”.<sup>6</sup> Na ausência de um núcleo, a relativa livre envolve, portanto, um estado de coisas a atuar justamente como um constituinte da oração principal.

Outras construções possíveis envolvem outros tipos de entidades além de indivíduo, como lugar, tempo, modo, razão e quantidade. Seguem-se em (11a)-(11b) exemplos de relativas livres de tempo e lugar, respectivamente.

- (11) a mas o mais interessante, de toda esta festa, esta questão, que eu vou contando, ah! também servia para **quando**, *enfim, eh, se matava porcos* (Cabo Verde 95: Colher e panela)  
 b eu tinha de estar, a minha mãe dizia mesmo “tu tens de estar **onde** eu... *chame* e tu me fales logo”. (Portugal 97: Namoro em outros tempos)

---

<sup>6</sup> Essa referência indeterminada é certamente derivada da referência a dois ou mais seres que ocupam lugares diferentes na interação, já que “nós” pode representar “eu + você(s)” e “eu + ele(s)”.

## As relativas maximizadoras

Predominam na amostra as relativas restritivas e, embora não seja muito reduzida, a incidência de não restritivas corresponde a praticamente metade das restritivas. Há um terceiro tipo de relativas com uma incidência muito baixa na amostra, conhecida como maximizadora,<sup>7</sup> de que não nuclear é um subtipo.

A relação semântica de maximização inclui duas leituras possíveis: uma leitura definida (12a) e outra universal (12b). Essa ambiguidade sugere a unificação dos dois tipos, com base na noção de “entidade plural máxima” (Grosu; Landman, 1998). Essa identificação significa não apenas que a leitura semântica de maximização se aplica à interpretação definida e à universal das relativas não nucleares, mas também que ela é ampliada de modo a abarcar outros tipos nucleares de relativas maximizadas, como (12c) (Vries, 2002).

- (12) a José come **o que** [*a coisa/tudo que*] sua mulher lhe põe no prato.  
 b *quem* (*quem quer que seja*) não tem “*passá-vique*” pega a colher de madeira reme[...], me[...], remexe muito bem remexido até apodrecer izaquente. (São Tomé e Príncipe 96: Sabores)  
 c os lapsos *que há nessa obra* são pequeníssimos, são... pouco numerosos, Cortesão era um homem... cuidadoso (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

As relativas não nucleares constituem uma subclasse das relativas maximizadoras. Nem sempre, todavia, o valor de maximização se confina com a noção de entidade plural máxima, já que a relativa não nuclear em (11a) denota o conjunto de entidades genéricas a avaliar, sustentada por uma paráfrase do tipo “quando quer que se matem porcos”.

De fato, o conjunto de entidades plurais máximas pode limitar-se também a uma entidade atômica singular, parafraseável por “a coisa que”. É esse traço que explica por que relativas maximizado-

7 A maximizadora foi inicialmente introduzida por Grosu e Landman (1998) e reconhecida por Vries (2002) como um terceiro tipo de relativas.

ras têm, às vezes, uma leitura de conjuntos definidos singulares, outras vezes, de conjuntos definidos universais e outras, ainda, uma leitura de conjuntos de entidades genéricas.

A interpretação universal só se aplica, portanto, se a relativa denota uma entidade coletiva composta pelo conjunto todo de entidades singulares envolvidas (Riemsdijk, 2000, p.24), o que acontece não com relativas não nucleares, mas com outro tipo de maximizadora (Vries, 2002). Observe-se a esse propósito (13), em que o material interno – o próprio conteúdo da relativa – é mais importante semanticamente do que o material externo a ela, contido no núcleo.

- (13) os fluxos migratórios **que sempre houve em todo o mundo** provocados por desgraças, por guerras, fomes, secas, etc., por cataclismos naturais ou artificiais, dependendo da quantidade de pessoas que se mo[...], que se m[...], m[...], mobilizam de um lado para o outro, claro que traz sempre grandes desvantagens, sempre grandes desequilíbrios ambientais (Angola 97: Guerra e ambiente)

Em grande medida, o material interno – a própria oração relativa – determina de modo parcial o material externo – o Np relativizado – mediante uma operação de maximização sobre os fluxos migratórios em termos de frequência. Somente a esse tipo de relativa é possível aplicar a quantificação universal.

Vale a pena lembrar a existência de outro tipo de maximizadora nuclear, ou relativa de grau (Vries, 2002), exemplificada em (14): o Np antecedente tem “leite” como núcleo, mas a relativa “que havia na caneca” se refere à quantidade de leite, não à substância leite em si mesma.

- (14) Jill spilled the milk **that there was in the can.**  
 Jill derramou o leite que havia na caneca.  
 (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.271)

Todos os tipos de unidades designadoras de indivíduo podem, em princípio, ser qualificados por modificadores, com exceção dos

que são identificados como núcleo ausente, que, como vimos, identifica apenas a relativa não restritiva. É possível distinguir, portanto, modificadores lexicais e modificadores oracionais complexos.

As unidades semânticas designam indivíduos, ou seja, entidades concretas, tangíveis, do tipo reconhecido como de primeira ordem por Lyons (1977) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Nas línguas que têm adjetivos como classe, como o português, a maioria deles exerce a função de núcleo de modificadores em unidades designadoras de indivíduo. No entanto, modificadores podem ser representados por outras categorias semânticas e, assim, tomar a forma de orações relativas restritivas não finitas em (15a). Neste exemplo, usa-se a descrição de um estado de coisas em que um indivíduo se acha envolvido.

- (15) a ele só tem nome de presidente porque tem negro mais alto do que ele *mandando nele*, rapaz! (Brasil 80: Se eu mandasse)  
 b tem negro mais alto que *mandava nele*

Há casos de modificação complexa em que a marcação absoluta de tempo dentro de uma oração relativa, assinalada pelo pretérito imperfeito no verbo, é independente do tempo da principal, marcado como presente. Nessa situação, a oração relativa não representa um estado de coisas, como em (15a), mas um episódio, como se vê na versão de (15b).

Sobre os exemplos (15a)-(15b), de modificação complexa, pode-se afirmar que a atribuição da função sintática sujeito ao argumento ativo de “mandar” e a ausência de um operador de tempo absoluto acionam a seleção da forma não finita “mandando” e, conseqüentemente, a ausência de conector (pronomes relativos ou conjunções) em (15a). Já em (15b), a presença do operador de tempo absoluto – no caso, a marcação de pretérito imperfeito no verbo da relativa – determina a forma “mandava” e, ao mesmo tempo, a introdução de um conector. Em ambos os casos, um estado de coisas contém uma categoria semântica indivíduo, a cujo referente atribui uma descrição.

## A natureza semântica do antecedente

Uma questão semântica relevante para as orações relativas restritivas é a que envolve o tipo de núcleo do modificador, que é identificado como lexical, configuracional e vazio.

Um núcleo representado por uma entidade individual é expresso por uma propriedade como “arma”. Isso mostra que a designação contida é realizada por meios lexicais. Essa estrutura pode ser adicionalmente expandida com o auxílio de operadores e modificadores simples, como “branca” no exemplo (16a), e complexos, como a oração relativa “que habitam a viver em determinadas áreas”, modificando “populações” em (16b)-(16d).

- (16) a a **arma branca** é para a defesa da gente (Portugal 70: Homens e bichos)
- b As **populações** *que habitam a viver em determinadas áreas* aprendem a viver em equilíbrio com a natureza (Angola 97: Guerra e ambiente)
- c Se o **representante dos empregadores** *que aqui está* quer falar, penso que é justo (Moçambique 97: Maternidade)
- d O **representante dos empregadores**, *que sempre traz o malote às sextas*, não apareceu hoje.

As línguas dispõem, por outro lado, de muitos nomes que designam partes de um todo, membros de um sistema de parentesco, nomes valenciais etc. que, tipicamente, tomam um argumento com a função semântica referência, como “empregadores” no Np “representante dos empregadores”, cujo núcleo é do tipo configuracional. Núcleos configuracionais como esse são núcleos explícitos que podem representar o antecedente de uma oração relativa (16c)-(16d).

Na condição de núcleo explícito, ser lexical ou configuracional tem pouco a ver diretamente com a tipologia da oração relativa, que é restritiva, como (16c), e não restritiva, como (16d), apesar de serem ambas caracterizadas pela presença de um núcleo configuracional.

Passemos agora a ver como núcleos vazios se comportam em relação à modificação complexa. Essa categoria lexical se refere à categoria indivíduo como “o simbolista” em (17a), contendo uma

posição anafórica com o elemento nuclear não manifesto, que se refere, por isso, não a uma entidade, mas à remissão anafórica de um item lexical previamente mencionado. Diferentemente de núcleos ausentes, que nunca podem ser modificados, núcleos vazios podem ser restringidos tanto por modificadores simples, como ocorre com “simbolista” em (17a), coindexado ao termo “obra” do estado de coisas precedente, quanto por modificadores complexos, como em (17b), caso de uma relativa.

- (17) a Eu gostei dessa **obra realista**, mas Maria preferiu **a (obra) simbolista**.  
 b essa obra é realmente **a que vai lançar**, a obra que vai lançar, outras pessoas no mesmo caminho. (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

A grande maioria das categorias semânticas retomadas por uma relativa são indivíduos e, em menor proporção, estados de coisas, conforme se verifica, respectivamente, em (18a) e (18b). Outras entidades consideravelmente frequentes na amostra são categorias semânticas de lugar e tempo, em (18c) e (18d), que têm uma incidência muito reduzida, e relativas que retomam outras categorias, como razão, quantidade e modo, conforme mostram, respectivamente, os exemplos (18e), (18f) e (18g).

- (18) a há uma linha... de **caçadores**, **que se organizam e combinam as posições de cada um e, eh, e é u[...]**, e uma c[...], e de uma certa forma a tática (Portugal 97: Boa pontaria)  
 b você concorda então com essa, a, essa, toda essa **campanha que o, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo** (Brasil 80: Arte urbana)  
 c e é o cara, e é o cara que produz esse **prédio aqui, em que a gente está morando** e tudo o mais. (Brasil 87: Economia e sociedade)  
 d e depois destes **cinquenta anos em que esteve parado no tempo** e apesar dos progressos imensos que fez a demo[...], a democracia ao país (Portugal 90: Poderes do chefe de Estado)  
 e maltratava-me muito. então foi a **razão no qual eu tive de sair mesmo da minha família e arranjar um cantinho que é para mim poder viver sozinho** (Angola 97: Jovem Gaspar)



- f todo Domingo é duas, duas **dúzia** de ovos **que eu compro** (Brasil 80: Macarronada)
- g sim, depende, da **maneira que elas têm tratamento... que apanharam no prado**. (Portugal 97: Ser pastor)

Em (18), o núcleo, um sintagma preposicionado (*preposition phrase*, Pp) que contém uma entidade locativa (18c) e temporal (18d) na principal é retomado na relativa com a preservação da função semântica locação e tempo, respectivamente.

No entanto, pode não haver correspondência semântica entre a categoria do núcleo e a categoria da relativa que a retoma. Observe-se que, em (19a), um indivíduo na principal (“casa”) é retomado como uma categoria de lugar na relativa. Ao contrário, em (19b), uma categoria semântica lugar na principal (“escola”) é retomada na relativa como uma categoria indivíduo.

- (19) a quando compraram a fazenda já tinha essa **casa**. aí mandaram construir **essa que nós moramos**, quer dizer, é recente, é moderna. (Brasil 80: Fazenda)
- b porque já estava... a estudar numa outra **escola que ficava... mais distante da, da, da casa** (Moçambique 86: Meninice machamba)

Como qualquer entidade pode ser retomada, a amostra registra ainda certa incidência de outras categorias semânticas, como propriedade e conteúdo proposicional, conforme mostram (20a) e (20b), respectivamente. Recorde-se que há uma frequência muitíssimo reduzida das chamadas “relativas de frase”, exaustivamente exemplificadas aqui e que, em sua maioria, retomam o conteúdo do ato discursivo imediatamente anterior.

- (20) a agora, eu digo o seguinte: se eu tivesse a **mentalidade que eu tenho hoje**, a **experiência que eu tenho hoje**, a experiência, não é mentalidade, não, a ex[...], a experiência. (Brasil 80: Nada ciumenta)
- b pelo contrário, conheci a pessoa dela nesse dia que a gente foi na pizzaria, é uma pessoa excelente, quer dizer, aquele **conceito que eu tinha dela** acabou. (Brasil 93: Festa de estudante)

Para concluir esta seção, é possível afirmar que, vista sob a perspectiva da GDF, a amostra registra a retomada de praticamente todas as categorias do nível representacional postuladas pela teoria. Óbvio dizer que, nesse aspecto, não se detectam diferenças entre as variedades lusófonas envolvidas.

## O processo de codificação: aspectos morfossintáticos

### As estratégias de relativização e a hierarquia de acessibilidade

A distribuição formal das construções nas variedades lusófonas será discutida em relação às posições sintáticas que caracterizam a hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977):

SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades de relativização. Da esquerda para a direita, a relativização se torna menos frequente e mais restrita tipologicamente.

Vale a pena lembrar que, por questões de tipologia, a GDF não assume relevância universal para as relações gramaticais, como o fazem Keenan e Comrie (1977). Na realidade, as funções sintáticas são relevantes apenas nos casos em que as propriedades formais das unidades linguísticas não podem reduzir-se às categorias pragmáticas e semânticas e às funções a elas subjacentes, ou seja, são relevantes se há neutralização de distinções semânticas e pragmáticas. O português é indiferente ao alinhamento pragmático e semântico. Um Np sujeito, por exemplo, pode exercer a função semântica inativo (*undergoer*), passível de ser atribuída também a um Np objeto.

Na relativa de lacuna (*gapping strategy* ou *obliteration strategy*), o elemento que a introduz é um marcador de relativização (conjunção),

morfofonologicamente realizado ou não, mantendo-se vazia a posição do elemento relativizado na oração relativa. Essa construção, a menos explícita formalmente, justamente por não fornecer nenhuma indicação do papel do núcleo dentro da oração relativa, aplica-se às posições de sujeito e de objeto, conforme (21a) e (21b).<sup>8</sup>

- (21) a Fiquei ali durante... todo o tempo que pude, a assistir àquele espectáculo de água **que caía**, depois acabei por apanhar sono, e eu estava um pouco deslocado, eh, em relação à porta. (Moçambique 86: Chuva)
- b Hoje, acho que se, muitas coisas **que eu fiz**, talvez não fizesse, se voltasse ao ensino. (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor)

Uma construção comumente reconhecida pela tipologia linguística, e que também ocorre no português, é a de retenção pronominal (*prounoun retention strategy*). Essa construção é assim chamada porque envolve o uso de um pronome pessoal na oração relativa que é correferente ao núcleo nominal antecedente, precedida por uma conjunção na posição em que se inseriria um pronome relativo. Portanto, a referência ao núcleo nominal na oração principal é retomada por essa forma pronominal apropriada, como se vê no exemplo (22).

- (22) E então, peixe que ficou hoje **que o pescador luta com ele**, mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (São Tomé e Príncipe 96: Pesca)

Essa construção, também conhecida como relativa copiadora, combina a retenção pronominal com um conector, um operador gramatical do tipo conjunção, e não com um verdadeiro pronome relativo. A estratégia de lacuna é usada com mais frequência na relativização de relações gramaticais, como a de sujeito e objeto, enquanto a estratégia de retenção pronominal se aplica às relações

---

8 Tarallo (1983) também identifica relativas de sujeito e de objeto direto com o tipo lacunar. A interpretação que dirige essa identificação, gerativa na origem, é a de que o Np deixa uma lacuna *in situ* nas posições de sujeito e de objeto.

gramaticais de oblíquo para baixo. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Observe-se que, nas variedades do português, em especial na brasileira, a estratégia de retenção pronominal dispõe de uma variante não pronominal, também conhecida por “cortadora”, ilustrada em (23).

- (23) transferi-los para uma zona ecológica **que eles não estão habituados**, a primeira coisa que eles vão fazer é pôr em prática aquilo que estão habituados a fazer. (Angola 97: Guerra e ambiente)

Em (23), o Pp “a ela”, potencialmente empregado na estratégia de retenção pronominal (“que eles estão habituados **a ela**”), acaba simplesmente não sendo expresso na estratégia cortadora. Em casos como esse, a alternante cortadora em relativas de posições preposicionadas também deve ser identificada como estratégia de lacuna (*gapping strategy*), porque não há elemento anafórico que estabeleça relação correferencial com o antecedente (“zona ecológica”).

Outra estratégia de que o português dispõe é a de pronome relativo, caso das orações em itálico em (24a)-(24d), conhecida na literatura como relativa *pied-piping*.<sup>9</sup> Essa oração é introduzida por operadores especiais reconhecidos como pronomes relativos, que são, em geral, formalmente relacionados a outros operadores, em geral identificados como pronomes demonstrativos e interrogativos, que retomam anaforicamente o referente do núcleo nominal na oração dependente.

- (24) a quem é que vai realizar esses estudos? ah, **Lavoisier, de quem já vos falei**, o francês que foi considerado o, o pai da, da nutrição, e que morreu na revolução francesa... (Portugal 89: Pai da medicina)

<sup>9</sup> O termo *pied-piping* (Ross, 1967) se refere metaforicamente ao fenômeno em que a palavra-Q se move para o início da sentença, levando consigo o complemento do verbo da oração dependente, exatamente como o flautista de Hamelin seduz, com sua música, ratos e crianças, que passam a segui-lo.

- b se eu vivesse com mais alguém acho que esse dinheiro, di[...], dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a **peessoa com quem eu vivesse** e para o meu filho. (Angola 97: Jovem Gaspar)
- c agora imagine o que se passa **no Rwanda em que são milhões de pessoas que se deslocam e ficam concentradas durante meses no mesma região** (Angola 97: Guerra e ambiente)
- d mas olhando para **esse momento em que as pessoas já estão a despertar a atenção** nisso, nós vemos que há de novo uma participação na área desportiva (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

A forma “que” se identifica com uma conjunção nas construções de lacuna, mas, em (24c)-(24d), a preposição que rege esse operador na posição inicial da relativa torna visível a codificação das funções semânticas locação (24c) e tempo (24d) do Pp relativizado. Nos exemplos (24a) e (24b), ao reger o pronome “quem”, tipicamente [+humano], a preposição torna visíveis a função semântica argumental locativo (24a) e a função semântica modificadora comitativo (24b).<sup>10</sup>

Uma estratégia em posições preposicionadas que alterna tipicamente com a construção *pied-piping* é a que se entende por encahamento de preposições.<sup>11</sup> Essa estratégia, comum nas línguas germânicas, não impõe restrição alguma ao tipo de Pp. Línguas

---

10 Os elementos antecedentes (“Lavoisier”, “peessoa”, “Rwanda” e “momento”, respectivamente, nos exemplos (24a)-(24d), funcionam como expressões lexicais que são retomadas por pronomes relativos na oração subordinada. Estes, por seu lado, introduzem participantes argumentais (24a) e participantes adicionais (24b)-(24d) ao estado de coisas envolvido na oração relativa. Dito em outros termos: uma relação núcleo-dependente (*nucleus-dependent*) e uma relação núcleo-modificador (*head-modifier*). Ver, a esse propósito, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.305-6).

11 Por “encahamento de preposição” (*preposition stranding*) entende-se um fenômeno sintático, conhecido na literatura linguística depois de ter sido assim batizado por Ross (1967), segundo o qual uma preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Esse processo, extremamente raro em línguas românicas, é muito comum em línguas da família germânica, como o inglês. Vale a pena lembrar que, como o português só admite encahamento com preposições lexicais ou advérbios adposicionais, a expressão “encahamento de preposição” é usada aqui apenas para manter equivalência com o uso já consagrado na literatura.

românicas, como o português, registram ocorrências mais restritas dessa estratégia, como em (25a); já a construção (25b) não admite encalhamento de preposição.

- (25) a Essa é a mesa *que todo mundo bota o chapéu em cima* (dela). (Perini, 2010, p.192)  
 b (\*) Essa é a mesa *que todo mundo gosta de*

Algumas preposições simples (contra, sem, sobre, sob etc.) e os advérbios adposicionais (“cima” em “em cima de”) constituem predicados monovalentes, enquanto outras (de, em, com etc.) atuam como operadores na marcação de funções semânticas. Aquelas constituem palavras lexicais, e estas, palavras gramaticais que sinalizam morfossintaticamente as funções semânticas argumentais e não argumentais (Pezatti et al., 2010). É justamente essa diferença de estatuto – ser lexical ou gramatical – que licencia, no caso de (25a), a construção de encalhamento de preposição e exclui essa possibilidade em (25b), cujo verbo rege uma preposição gramatical.

As construções de lacuna aplicadas às posições de sujeito e de objeto, sem pronomes-lembretes adicionais, e a de pronomes relativos, quando aplicadas sobretudo a posições relativizadas de oblíquo (24a)-(24d), de objeto indireto (26a) e de genitivo (26b)-(26c), são comumente usadas em situações formais de interação.

- (26) a Esta é a **peessoa a quem** *Maria deu o dinheiro*.  
 b para nós o pai da medicina tem sido **Hipócrates, cujo juramento ainda continua a estar actualizado**. viveu quatrocentos e sessenta anos antes de Cristo (Portugal 89: Pai da medicina)  
 c e fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um **orçamento** cujos, **cujos índices de inflação são extremamente menores do que daqueles, ah, que nós encontrávamos antes do plano real**. (Brasil 95: Plano Real)

Cumpramos destacar que o uso indiferente de estratégias de retenção pronominal e de lacuna nas posições de OI e de OBL se aplicam, na amostra, a Pps regidos pelas preposições “em”, “de”, “a”,

“com”. Esses Pps exercem funções não argumentais com função semântica locação, atuando como modificador, ou a função semântica locativo-ablativo, atuando como uma categoria argumental conforme mostram os exemplos em (27a) e (27b), respectivamente. A sentença em (27c) constitui um exemplo de função argumental, e não um modificador comitativo, já que “lutar” estabelece uma relação de reciprocidade entre dois participantes que requer um argumento preposicionado.

- (27) a a água da chuva, é, são, zonas **em que** *continua a chover intensamente*. (Angola 97: Guerra e ambiente)
- b aí, quando e[...], ela escolhia a roupa **de que** *eu gostava na minha frente*, eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)
- c e então, peixe que ficou hoje **que o pescador luta com ele**, mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (São Tomé e Príncipe 96: Pesca)

A primeira preposição (“em”) encabeça a lista em termos de frequência, seguida por “de”. Não aparece, em nenhuma construção relativa da amostra, a preposição “por”, que representa a função locativo-perlativo. Na falta de dados reais, uma ocorrência possível<sup>12</sup> é aquela contida em (28a)-(28b), para mostrar que a função locativo aparece preservada mesmo na estratégia de lacuna de (28c). Essa preservação ocorre devido a seu alto grau de dependência contextual em relação ao verbo “passar”, do qual “estrada” é argumento locativo e, em consequência, de previsibilidade semântica, o que permite mesmo não exprimi-la.

- (28) a A estrada **pela qual/por que**  *você passou ontem* leva ao litoral.
- b A estrada **que**  *você passou por ela* **ontem** leva ao litoral.
- c A estrada **que**  *você passou ontem* leva ao litoral.

---

12 Ao longo de toda a discussão seguinte, são oferecidos exemplos de lavra própria que permitem discutir o assunto, mesmo na ausência desse tipo de dados reais na amostra da CLUL.

Em relação proporcionalmente inversa, o uso de uma preposição lexical licencia a construção de encalhamento de preposição, mas isso não se aplica à de lacuna. A razão disso está no fato de que, como, por definição, uma preposição lexical dispõe de um valor semântico muito específico, como mostram (29c) e (30c), sua exclusão é possível, mas não com a interpretação relevante de (29a)-(29b) e (30a)-(30b).

- (29) a O advogado **contra o qual/quem** você se posicionou no tribunal desistiu do processo.  
 b O advogado **que** você se posicionou **contra (ele/Ø)** no tribunal desistiu do processo.  
 c (\*) O advogado **que** você se posicionou **Ø** no tribunal desistiu do processo.
- (30) a O armário **sobre o qual** João deixa o trabalho inacabado não tem mais espaço.  
 b O armário **que** João deixa o trabalho inacabado **sobre (ele/Ø)** não tem mais espaço.  
 c (\*) O armário **que** João deixa o trabalho inacabado **Ø** não tem mais espaço.

A estratégia de retenção pronominal não sofre restrição semântica e é sintaticamente aceitável mesmo a alternativa de encalhamento, conforme atestam (29b) e (30b), mas é raro o uso dessa estratégia com as preposições lexicais, cuja seleção se identifica mais com o polo marcado do *continuum* de formalidade.

A especificidade do valor semântico dessas preposições bloqueia automaticamente a estratégia de lacuna, em função da ambiguidade resultante. Como “armário” consiste numa entidade locativa tridimensional, é difícil saber, em (30c), se João deixa o trabalho inacabado dentro ou sobre o armário, ou mesmo ao lado dele. Também não fica muito evidente o significado de relativas com locativos bidimensionais como “mesa” se, por exemplo, alguém tem o costume de deixar sapatos **sobre** ela, e não **sob** ela, como seria de esperar.



Advérbios preposicionados como “em cima” / “embaixo de”, “ao lado de”, “atrás de” etc., que também representam valores semânticos muito específicos, licenciam uma estratégia similar à de retenção pronominal, na medida em que pode ser provida ou não do pronome-lembrante, como mostram (31a) e (31b). Não licenciam, no entanto, a estratégia de lacuna, pelo menos com a preservação do mesmo valor semântico. Veja-se que (31c) é possível, mas com um significado muito mais genérico do que (31a)-(31b). Esse comportamento mostra certo grau de especialização funcional do uso das construções.

- (31) a A mesa **em cima/embaixo da qual** João deixa o trabalho inacabado não tem mais espaço.  
 b A mesa **que** João deixa o trabalho inacabado **em cima/embaixo dela/Ø** não tem mais espaço.  
 c (\*) A mesa **que** João deixa o trabalho inacabado não tem mais espaço.

Restrições similares, mas de um grau maior de gravidade, envolvem as chamadas preposições acidentais, como “durante”, gramaticalização do particípio presente do verbo “durar”, e “conforme”, “consoante”, “segundo”, conjunções em processo de gramaticalização como preposições, como se vê em (32a)-(32c) e (33a)-(33c).

- (32) a A sessão da Câmara **durante a qual** João leu o relatório foi muito maçante.  
 b (\*) A sessão da Câmara **que** João leu o relatório **durante (ela/Ø)** foi muito maçante.  
 c (\*) A sessão da Câmara **que** João leu o relatório foi muito maçante.
- (33) a O autor **segundo o qual** o vencedor deve receber as batatas é Machado de Assis.  
 b (\*) O autor **que** o vencedor deve receber as batatas **segundo (ele / Ø)** é Machado de Assis.  
 c (\*) O autor **que** o vencedor deve receber as batatas é Machado de Assis.

Observem-se, agora, os exemplos em (34a)-(34d).

- (34) a A mesa **sobre/sob a qual** as crianças deixam os sapatos não tem mais espaço.  
 b A mesa **que** as crianças deixam os sapatos **sobre/sob (ela/Ø)** não tem mais espaço.  
 c (\*) A mesa **que** as crianças deixam os sapatos não tem mais espaço.  
 d o povo perdeu esperança no Estado, perdeu confiança do Estado porque trabalha um ano, dois, fica sem receber, e isso são problemas sérios **que...** o governo deve...debruçar-se. (Guiné-Bissau 95: Democracia)

Todos os casos em que a preposição tem um valor semântico específico e, como tal, independente do contexto imediato, licenciam uma alternância entre a estratégia de retenção pronominal, com ou sem encaimento de preposição, mas nunca a de lacuna. Observe-se, no entanto, em (34d), um exemplo da variedade da Guiné-Bissau que permite a construção de lacuna, porque o valor semântico da preposição está pressuposto no conteúdo do verbo “debruçar-se”.

Apresentadas as construções possíveis, pode-se afirmar que a amostra inclui uma incidência irrisória de relativas de retenção pronominal, contrariamente à construção de pronome de lacuna, com uma frequência extremamente elevada, sobretudo por relativizar posições de sujeito e de objeto, que são muito mais frequentes. Em posição preposicionada, a maioria dos casos de estratégia de lacuna incide sobre a posição de oblíquo, cujo antecedente é uma entidade referencial de tempo, lugar e modo, como mostram, respectivamente, (35a), (35b) e (35c).

- (35) a deve ser assim [...] a irmandade, e no Domingo **que há a coroação**, quando a coroa, depois de passar pelas ruas, sai da igreja. (Portugal 73: Culto tradicional)  
 b quando compraram a fazenda já tinha essa casa. Aí mandaram construir essa **que nós moramos**, quer dizer, é recente, é moderna. (Brasil 80: Fazenda)

- c sim, depende, da maneira *que elas têm tratamento...* que apanharam no Prado. (Portugal 97: Ser pastor)

De qualquer modo, esses dados gerais mostram que a predominância da construção de lacuna, se comparada à de retenção pronominal, deve ter uma motivação funcional, com base no princípio de economia, que veremos adiante. Deve ter também uma motivação social, em função do estigma social que envolve fenômenos de retenção pronominal.

Tomando por parâmetro o número total de estratégias preposicionadas, o índice de construções de lacuna ou cortadoras atinge um patamar quase categórico de ocorrências, independentemente da variedade de português considerada. Esses resultados fornecem evidências adicionais para os dados diacrônicos de Tarallo (1983) sobre o português brasileiro. Ainda que se restrinjam apenas à variedade brasileira, esses resultados apontam o avanço da construção preposicionada de lacuna no fim do século XIX e, paralelamente, um significativo recuo da construção de retenção pronominal.

Considerando os casos mais significativos em termos quantitativos, as posições mais suscetíveis de relativização compõem uma hierarquia com o seguinte formato: sujeito > objeto direto > oblíquo.

A posição sintática de oblíquo compreende complementos preposicionados, como o locativo de “gostar de”, e circunstanciais em geral, como tempo, lugar, instrumento, razão. Observe-se, a esse propósito, em (36a)-(36b), um uso inovador, especialmente avançado na variedade brasileira, da relativa como argumento de um nome.

- (36) a então, acho que desde o **momento que ela fez isso**, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)
- b de repente **a hora que a gente estava na pizzaria**, eu não me, eu não me lembro, (Brasil 93: Festa de estudante)

É possível postular um processo de gramaticalização pelo qual uma oração com função de modificador se torna uma oração com função completiva. Uma consequência possível desse processo é a interpretação dos nomes “momento” e “hora” como propriedades lexicais (Hengeveld; Mackenzie, 2008) e da oração subordinada que os segue em (36a) e (36b), respectivamente, como um argumento desses nomes, se entendemos o conector “que” como conjunção ou marcador de relativização (Dik, 1989), não como um legítimo pronome relativo. Ressalte-se que é possível atribuir um argumento tanto a “momento” quanto a “hora”: “momento de calma”, “hora de lazer”, o que os identifica com propriedades configuracionais. As orações destacadas de (36a)-(36b) estão encaixadas no N<sub>p</sub>, como as relativas restritivas, mas a relação que estabelecem com o N<sub>p</sub> a que se subordinam não é de modificador, mas a de argumento.<sup>13</sup>

Os dados sugerem que as cortadoras e as copiadoras em posição preposicionada incidem predominantemente sobre a relativização da posição de OBL e que, de OI para baixo, pouca generalização é possível fazer, em função do grau reduzido de significação das frequências na amostra investigada.

As relativas de sujeito e de objeto também podem admitir um pronome-lembrete, o que as identificaria como estratégias de retenção pronominal. No entanto, a incidência majoritária da construção de lacuna indica uma tendência, ainda embrionária, para uma provável distribuição funcional das construções, paralelamente ao que foi anteriormente detectado em relação ao uso de estratégias de lacuna e de retenção pronominal com Pps: o emprego da construção de lacuna, que deveria ter a função de selecionar as posições de sujeito e objeto, parece estender-se para a posição de oblíquo também em detrimento da estratégia de retenção pronominal.

De um modo geral, parece haver uma extrapolação das relativas de lacuna para as posições mais baixas da hierarquia de acessibilidade (Keenan; Comrie, 1977). Quanto mais altas as posições relativizadas, maior a incidência da estratégia de lacuna, em termos

---

13 Sobre a oração completiva nominal, ver Capítulo 8.

tipológicos. A posição universal é a de sujeito, depois a de objeto, e assim sucessivamente. Nesse caso, o uso de relativas de lacuna, mesmo nas posições de oblíquo e de objeto indireto, representa uma extensão da estrutura usada nas posições mais altas para as posições mais baixas, o que, portanto, universaliza, digamos assim, o uso dessa estratégia no registro informal.

Talvez essa extensão explique por que é baixa, nas posições preposicionadas, a incidência da estratégia de retenção pronominal. Potencialmente, essa estratégia seria mais eficaz, no aspecto cognitivo, que a de pronome relativo, por permitir um conjunto muito maior de posições relativizadas. No entanto, a atuação de uma motivação em competição, o valor estigmatizado que parece ter o uso de um pronome-lembrado, certamente bloqueia a seleção preferencial dessa estratégia, motivação externa em provável associação com a aplicação de um princípio de ordem interna, o de economia, como veremos adiante.

## A natureza morfossintática do antecedente

A grande maioria dos termos antecedentes é um Np ou Pp, ou seja, um sintagma nucleado por um nome. Em escala bem mais reduzida, ocorre um pronome indefinido e demonstrativo.

Olhando-se, inicialmente, para os Nps, vê-se que as relativas restritivas retomam nomes nus no singular, atuando como núcleo de um Pp em função argumental, como “espectáculo” em (37a) e, no plural, enumerando uma série de categorias para o interlocutor (37b). Retomam também Nps definidos, já que ancorados em outras categorias do cotexto, como “roca” (37c), e Nps indefinidos, apresentados pela primeira vez numa construção existencial (37d).

- (37) a fiquei ali durante... todo o tempo que pude, a assistir àquele espectáculo de **água que caía** (Moçambique 86: Chuva)
- b eh, tenho... várias categorias de cliente. tenho clientes das zonas... “environtantes”, tenho **clientes que vêm de fora**, da classe média, da classe, bom, de todas as classes sociais. (São Tomé e Príncipe 96: Costureira)

- c ainda havia uma roca. **as mulheres que fiavam... as mulheres que fiavam**, com a, com saliva da boca e estavam com a roca fiando com um fuso. enrolavam aquilo, quando aquilo estava em fio (Portugal 96: Linho)
- d depois tem **uma porta bem grande de ferro que separa da copa**. a copa não é absolutamente como nós vemos na cidade. (Brasil 80: Fazenda)

Considerem-se, adicionalmente, os casos de (38a)-(38c).

- (38) a eh, no entanto houve **alguém que tirou daí dividendos**, não é, e as coisas acabaram por, por dar dividendos a **esses outros que estavam na rectaguarda**, e **aqueles que trabalhavam efectivamente a terra** não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida. (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)
- b há que, sempre **aquele que...** vai dando, ainda podia dar uma esmola grande mas vai dando p[...], lentamente, pouco. (Portugal 97: Desporto e dinheiro)
- c e então ela oferecia es[...], esses lanches, fumava charuto, oferecia uma caixa de charutos **aos que fumavam**, e tudo isso era uma despesa... fabulosa. (Portugal 97: Amores de Camilo)

A construção (38a) contém pronomes indefinidos e demonstrativos como núcleo num texto sobre as marcas que a reforma agrária deixou no Alentejo. No fragmento desse texto, que (38a) representa, os trabalhadores, referidos de modo genérico, são contrastados com os especuladores, que não são nomeados, mas aparecem referidos com pronomes indefinidos e demonstrativos. Estratégia similar de referência genérica pode ser observada em (38b), cujo tópico é um jogador de futebol com 68 anos vivendo na miséria. Já (38c) constitui o fragmento de um texto com um tópico bem definido: a relação de Camilo Castelo Branco com Ana Plácido. O informante se refere aos convidados para o lanche que ela oferecia genericamente, ao construir a referência a eles mediante o uso de um demonstrativo e uma oração restritiva que deixa não expresso o núcleo. Esse caso, entendido pela gramática tradicional como pronome demonstrativo, identifica-se com a categoria de núcleo vazio na GDF.

Pode-se recuperar a natureza demonstrativa do primeiro elemento de “o que” como em relativas não nucleares, como comprova (39a), pela possibilidade de “o” alternar com “aquilo”. Reforça esse caráter pronominal o fato de “o + que” nunca alternar com a forma “que” sozinha em relativas não nucleares, como se verifica em (39b).

- (39) a pode fazer mil cachorradas comigo mas eu vou estar sempre ouvindo **o/aquilo que** a pessoa tem a me falar (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)
- b (\*) pode fazer mil cachorradas comigo mas eu vou estar sempre ouvindo **que** a pessoa tem a me falar (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

A similaridade formal torna difusa a fronteira entre uma relativa e uma interrogativa indireta, que configura um caso de completiva. Um critério distintivo está na compatibilidade ou não entre as propriedades de seleção do verbo da oração principal e do verbo da oração encaixada. Se existe incompatibilidade, valem sempre as propriedades de seleção do verbo da principal para as relativas não nucleares.

Em (40a)-(40b), a preposição rege a oração não nuclear na função de complemento. Já em (41a)-(41b), que constituem exemplos de interrogativas parciais, são as propriedades seletivas do verbo da encaixada que regem seu próprio complemento interno.

- (40) a **Gosto de** [quem você conheceu ontem.]  
 b (\*) Conheci ontem *de quem você gosta.*
- (41) a Ignoro [**de quem você gosta.**]  
 b Quero saber [**com quem você saiu** ontem.]

Um teste plausível aplicado a (40a) é a possibilidade de clivagem que, em geral, deveria restringir-se às interrogativas indiretas (41c), e não às relativas não nucleares (40c).

(40) c (\*) Gosto de *quem (é que) você conheceu ontem*.

(41) c Ignoro de *quem é que você gosta*.

Os problemas que a natureza do pronome causa para a interpretação de relativas não nucleares e sua distinção das interrogativas indiretas são um assunto que ainda demanda muita discussão e nada tem de distintivo em relação à diversidade dialetal da amostra aqui investigada. Embora ambas sejam completivas, a relativa não nuclear constitui um estado de coisas que representa, na realidade, um indivíduo.

### **Relações entre formulação e codificação: motivações pragmáticas e semânticas da codificação morfossintática**

Para codificar a ordem dos constituintes, Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam três posições disponíveis na oração para a inserção de elementos em posições apropriadas: a posição inicial ( $P^I$ ), a posição medial ( $P^M$ ) e a posição final ( $P^F$ ). Postulam ainda uma segunda posição absoluta ( $P^2$ ) para englobar fatores morfossintáticos de orações declarativas de línguas como o holandês, em que  $P^I$  é reservada ao sujeito e  $P^2$ , ao verbo finito; no caso de haver um verbo auxiliar flexionado, este vai para  $P^2$  e o verbo finito, para o final da oração.

As duas posições periféricas ( $P^I$  e  $P^F$ ) são psicologicamente salientes e extremamente relevantes para o processo de comunicação, enquanto a posição medial ( $P^M$ ) é não somente menos saliente, mas também, em termos estruturais, não pode ser considerada uma posição única, em função do número variável de constituintes que uma oração pode conter. Assim, os argumentos de um predicado com as funções de sujeito e objeto, pragmaticamente não marcadas, são alocadas em  $P^M$ , que pode conter outras posições não absolutas, como  $P^{M-1}$ ,  $P^{M-2}$ ,  $P^{M-n}$  do lado esquerdo, e  $P^{M+1}$ ,  $P^{M+2}$ ,  $P^{M+n}$  do lado direito.



Para distinguir as posições  $P^I$  e  $P^F$  nas camadas da expressão linguística e da oração, os autores usam  $P^{Pre}$  para a posição pré-oracional,  $P^{centro}$  para a posição oracional e  $P^{Pós}$  para a posição pós-oracional.

- (42) Expressão linguística: (LE):  $P^{Pre}$  |  $P^{centro}$  |  $P^{Pós}$   
 Oração: |  $P^I$   $P^M$   $P^F$  |  
 (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.321)

Vejam como essa organização estrutural se aplicaria a uma construção não complexa, como (43).

- (43) A roupa, eu gostava dela.  
 a roupa                    eu                    gostava                    dela  
 $P^{Pre}$  (Orientação)       $P^I$  Tópico                     $P^M$                      $P^{M+1}$

Observe-se que, em (43), a posição pré-oracional ( $P^{Pre}$ ) codifica o ato subsidiário de orientação “a roupa”, definido pragmaticamente, e a posição central ( $P^{centro}$ ), um ato discursivo nuclear que constitui a oração propriamente dita. No interior dela, por ter primazia na escala de topicidade, o dêitico de primeira pessoa “eu”, o tópico, ocupa a posição inicial ( $P^I$ ); “gostava”, a posição medial ( $P^M$ ); e “dela”, argumento do verbo, a posição ( $P^{M+1}$ ). O preenchimento de uma posição  $P^{M+1}$ ,<sup>14</sup> com a manifestação fonológica do núcleo correferencial por um  $P_p$ , respeita o princípio de integridade de domínio e, portanto, imprime a essa construção o grau máximo de transparência entre forma e conteúdo. Esse princípio se refere a uma preferência, em termos tipológicos, de as unidades pragmáticas e semânticas, na formulação, aparecerem também morfossintaticamente justapostas na codificação (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.285).

14 A posição  $P^{M+1}$  é uma projeção da posição  $P^M$ , ocupada pelo verbo. Como “dela” é complemento oblíquo de “gostava”, é natural que permaneça próximo ao predicado verbal.

É possível postular que, nas variedades do português, a interpretação de (43) é entendida da perspectiva do processamento on-line da linguagem. Ao produzir um ato discursivo de orientação – “a roupa”, em (43), o falante exprime o desejo de introduzir um referente no discurso antes de passar para outro ato discursivo relevante para esse referente: o ato nuclear seguinte “eu gostava dela”. Esse subato serve para orientar o ouvinte em relação às intenções comunicativas do falante.

Tendo examinado esse exemplo de construção simples, pasaremos agora a verificar como interpretar a codificação morfosintática numa estrutura complexa, que tem uma relativa como constituinte modificador de um núcleo nominal. Os exemplos em (44a)-(44c) contêm a estratégia de pronomes relativos (44a), a de retenção pronominal (44b) e a de lacuna (44c), que foi a ocorrência efetivamente realizada.

- (44) a ela escolhia **a roupa d(e/a) qu(e/al)** eu gostava na minha frente, eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual
- b ela escolhia **a roupa que** eu gostava **dela** na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual
- c [ela escolhia **a roupa que** eu gostava na minha frente, eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Já vimos que uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte pivô, que é semanticamente compartilhado tanto pela oração principal quanto pela relativa. Se o pivô, que se identifica com um Np, recebe manifestação fonológica dentro da oração principal, ele é reconhecido como um núcleo. O pivô de (44b) e (44c) é o Np “a roupa”, e o elemento anafórico é o constituinte-Q em (44c) e o Pp “dela” em (44b). A construção (44c) não registra nenhum elemento anafórico; por essa razão, é identificada como estratégia de lacuna. Nas duas últimas situações, repre-

sentadas por (44b) e (44c), a palavra “que” exerce apenas a função de um marcador de relativização (Dik, 1997b) ou conjunção, e não a de um verdadeiro pronome relativo, o que aproxima as relativas de outras orações encaixadas, como as completivas e as adverbiais.

Dessa mudança no estatuto pronominal do conector resulta uma estrutura em que uma palavra gramatical (“grammatical word”, Gw) representada por “que” não tem uma posição funcional, por não realizar a retomada anafórica do antecedente na oração subordinada. A consequência mais evidente disso é a oração relativa dispor de uma organização estrutural idêntica à de uma oração independente. O uso do pronome-lembrante na estratégia copiadora tem a função de restabelecer a relação anafórica não exercida pelo conector (44b’), e a copiadora (44c’), a mais econômica, não exhibe elemento anafórico e, portanto, similarmente às relativas de sujeito e de objeto, identifica-se com uma estratégia de lacuna.

Observe-se que, em conformidade com a interpretação metafórica da expressão  *pied-piping*  em (44a’), todos os constituintes aparecem nas posições à esquerda de P<sup>M</sup>, como resultado de um alinhamento interpessoal, por questões de topicidade do oblíquo e do sujeito.

(44) A roupa de que eu gostava/que eu gostava dela/ que eu gostava

a’	de que	eu	gostava	
	P <sup>I</sup> Tópico1	P <sup>I+1</sup> Tópico 2	P <sup>M</sup>	
b’	que	eu	gostava	dela
	P <sup>I</sup>	P <sup>I+1</sup> Tópico 1	P <sup>M</sup>	P <sup>M+1</sup> Tópico 2
c’	que	eu	gostava	
	P <sup>I</sup>	P <sup>I+1</sup> Tópico	P <sup>M</sup>	

A propósito das relações de alinhamento, vale a pena abrir aqui um parêntese e discutir os conceitos de transparência e opacidade. No arcabouço da GDF, os dois níveis mais baixos, o morfossintático e o fonológico, exprimem formalmente as unidades dos níveis mais altos. As relações de transparência e opacidade se definem com base no modo como as distinções pragmáticas e semânticas

se projetam na codificação morfossintática e fonológica, e os princípios que governam essas relações são os de iconicidade e integridade de domínio. Essas motivações contribuem para maximizar o paralelismo entre as estruturas, encarecendo a transparência e a facilidade de interpretação da estrutura linguística (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.283).

É possível distinguir um conjunto diversificado de fenômenos que violam a transparência, tornando mais opacas as relações entre unidades formais e unidades funcionais e, por conseguinte, ativando a ausência de paralelismo entre os diferentes níveis da gramática. Leufkens (no prelo) aponta três possibilidades de violação da transparência linguística: redundância, desintegração de domínio e motivação formal.

A redundância compreende relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Uma destas unidades é redundante, porque poderia ser deixada de fora, sem perda de significado.

Ocorre desintegração de domínio quando se viola a integridade das unidades formais, nas situações, por exemplo, em que o fenômeno de fusão provoca a convergência de duas ou mais unidades de conteúdo numa única unidade formal (cant + o). Outro fenômeno típico de desintegração de domínio – a descontinuidade – ocorre quando uma unidade formal se divide, resultando mais uma vez num alinhamento não paralelo entre pragmática e semântica e morfossintaxe ([*ne* + verbo + *pas*] em francês).

O terceiro tipo de violação de transparência – motivação unicamente formal – inclui todas as formas e operações destituídas de motivação pragmática ou semântica. Elementos expletivos, como *there* do inglês, consistem em unidades puramente formais, sem motivação pragmática ou semântica, uma vez que nada significam e a nada se referem. Trata-se de formas não funcionais, ou sintaticamente autônomas.

A transparência representa a situação extrema em que uma língua disporia de uma relação consistentemente biunívoca entre

unidades formais e unidades de conteúdo.<sup>15</sup> E, na realidade, como instrumentos de comunicação, é justamente desse grau máximo de transparência que as línguas deveriam dispor para atingir eficiência na situação de interação (Bolinger, 1977).

Não é esse, evidentemente, o padrão geral, já que, na realidade, a maioria das línguas não dispõe de transparência em grau máximo. Muitas chegam a exibir um grau muito elevado de opacidade (Hengeveld, 2011). Isso ocorre porque, apesar dessas motivações, os níveis formais – o morfossintático, principalmente, e o fonológico – dispõem de seus próprios princípios de organização. Quando, por exemplo, a uma língua se impõe um padrão de ordenação arbitrário não funcionalmente ativado, ocorre o predomínio da motivação formal.

A sensibilidade da morfossintaxe às motivações pragmáticas e semânticas não implica a existência de projeções biunívocas entre as categorias envolvidas na codificação e as categorias envolvidas na formulação, justamente porque as línguas diferem consideravelmente, de uma perspectiva tipológica, no modo como codificam os mesmos traços pragmáticos e semânticos.

Nesse caso, o uso da estratégia de pronome relativo (44a') e da estratégia de retenção pronominal (44b') maximiza, em graus diferentes, a relação de transparência entre forma e conteúdo, contribuindo, neste caso, para facilitar a interpretação da estrutura linguística na codificação morfossintática. A estratégia de pronome relativo, ou *pied-piping*, no entanto, é menos frequente na fala, por codificar o argumento do predicado da relativa em duas posições à sua esquerda. Essa situação não favorece a mesma possibilidade cognitiva de interpretação da copiadora, que tem o constituinte sujeito e tópico também na posição P<sup>I</sup>, mas numa ordenação SVO mais transparente.

Essa estratégia insere a retomada do núcleo pelo oblíquo na posição P<sup>I</sup>, que é pragmaticamente motivada por razões de topicidade,

---

15 “Conteúdo” aqui deve ser interpretado como conteúdo pragmático e semântico, embora seja mais adequadamente aplicável ao semântico.

mas com o pesado fardo cognitivo de violar o princípio de integridade de domínio, tornando opaca a relação forma e conteúdo.

Esse princípio se refere a uma preferência das unidades do mesmo estatuto funcional, em termos pragmáticos e semânticos, por serem também justapostas na morfossintaxe. Para respeitá-lo, a relação representacional entre núcleos e modificadores deve ser formalmente codificada de um modo tal que o modificador apareça adjacente ao núcleo e o argumento, ao predicado. Observe-se que, em (45), a posição  $P^I$  se desdobra em função da possibilidade de existir duplicidade de tópicos na mesma oração.

(45) A roupa de que eu gostava.

que	eu	gostava
$P^I$	$P^{I+1}$	$P^M$

Então, o uso da alternante de pronome relativo acaba por ter uma finalidade praticamente estrutural. Dizer “praticamente estrutural” implica que, em relativas e em interrogativas parciais, a posição  $P^I$ , de modo automático, é reservada para a função pragmática de tópico. O fato de esse elemento retomar anaforicamente o núcleo, que já é tópico na oração principal, significa despende maior grau de esforço cognitivo, já que se ativam as mesmas funções com uma codificação morfossintática com menor esforço de produção e de processamento na emissão de uma construção de retenção pronominal.

Uma estratégia de retenção pronominal manifesta menor custo de processamento cognitivo justamente por dispor de grau mais elevado de transparência entre forma e conteúdo. Cada subato referencial aparece codificado em sua posição canônica, no esquema S-V-O/OB/OI preferencial do português, de acordo com o princípio de integridade de domínio, o que implica alinhamento entre funções pragmáticas e semânticas, por um lado, e codificação morfossintática, por outro. Essa relação não se aplica do mesmo modo à estratégia de pronome relativo, que, ao contrário da estratégia de

retenção pronominal, viola esse princípio em função da estrutura O/OB/OI-S-V, dispondo, por isso, de elevado grau de opacidade.

Nesse caso, a seleção da estratégia de retenção pronominal, e não a de pronomes relativos, é de fato funcionalmente mais eficaz, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas. Essa amplitude funcional acaba por licenciar, inclusive, a posição objeto de comparação (46a), a mais baixa na hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), vetada, em todas as variedades do português, à estratégia de pronomes relativos (46b).

- (46) a O homem *que ninguém no bairro é mais alto do que ele* não conseguiu entrar no time de basquete. (Adaptado de Dik, 1997b, p.366)
- b \*o homem *mais alto do que quem ninguém no bairro era* não conseguiu entrar no time de basquete.

Outro ponto de resistência está na diluição da ambiguidade da estratégia de pronomes relativos em certas configurações sintáticas em que ela aparece encaixada numa completiva. A forma sentencial ambígua de (47a) é, segundo Lemle (1978), a alternante padrão ou de lacuna, que permite duas interpretações possíveis, representadas por (47b) e (47c), cujas relações argumentais, absolutamente transparentes na formulação de retenção pronominal de (47b') e (47c'), correspondem exatamente às duas interpretações contidas em (47b) e (47c).

- (47) a Estou procurando a toalha que ele disse que secou.
- b Estou procurando uma toalha. Ele disse que ele secou essa toalha.
- c Estou procurando uma toalha. Ele disse que essa toalha secou.
- b' Estou procurando a toalha que ele disse que secou **ela**.
- c' Estou procurando a toalha que ele disse que **ela** secou.
- (Lemle, 1978, p.84)

A razão da diluição da ambiguidade e, em consequência, da possibilidade de extensão das relativas à função de objeto de comparação, assenta-se na explicitação de todas as posições sintáticas com

base na ordem canônica SVO dos constituintes. A seleção dessa oração, que identifica a estratégia de retenção pronominal, ocorre com pleno respeito ao princípio de integridade de domínio.

Com efeito, a tendência tipológica detectada por Keenan e Comrie (1977) é a seguinte: entre a estratégia de lacuna (cortadora) e as outras duas, a de pronome relativo (em posições preposicionadas) e a de retenção pronominal (copiadora), a primeira assume a posição mais alta da hierarquia da acessibilidade, e a última, a mais baixa; entre a estratégia de pronome relativo e a de retenção pronominal, a primeira assume a posição mais alta da hierarquia, e a última, a posição mais baixa. Não se verificam situações opostas nas línguas do mundo. Essa distribuição permite classificar as três estratégias em termos de grau de explicitação da codificação de relações gramaticais do núcleo nominal na oração relativa, conforme (48).

- (48) de lacuna > de pronome relativo > de retenção pronominal  
 (onde > significa “menos explícito que”)  
 (Adaptado de Song, 2001, p.227)

A estratégia de lacuna não marca a relação gramatical do núcleo na oração relativa e as outras duas retêm, cada qual a seu modo, uma “cópia” pronominal do núcleo na relativa. Mesmo assim, a mais explícita, nessa função, é a estratégia de retenção pronominal.

Em termos da frequência de uso na amostra da lusofonia, essa distribuição, tipologicamente atestada, cria um instigante paradoxo: se a construção de retenção pronominal maximiza o grau de transparência e, por conseguinte, é capaz de facilitar o processamento cognitivo no processo de interação tanto do polo da produção, quanto do polo da recepção, por que tem sido evitada em favor da estratégia de lacuna? E, no caso de haver preposições lexicais, por que é possível empregar construções de encalhamento de preposições?

A resposta a essas questões se assenta no fato de que a informação de curtíssimo prazo, reiterada na posição de oblíquo, passa a implicar duplicação de forma. Em consequência, o núcleo “roupa”



na oração principal e o complemento oblíquo “dela” na subordinada relativa em (44b) – “a roupa que eu gostava dela” – acabam também por invocar violação do princípio de transparência, em virtude de coexistirem duas formas com a mesma função em espaços muitos próximos dentro do enunciado. Essa motivação parece correlacionar-se com o favorecimento da estratégia de retenção pronominal, já comprovado por Tarallo (1983), nas situações em que a menção do antecedente na oração principal está distante textualmente da menção da retomada anafórica na relativa.

De fato, a continuidade tópica e a quase opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo ficam para o segundo plano quando a escolha incide sobre uma construção de lacuna. O português admite ausência completa de argumentos ou de relações gramaticais nas situações em que são suficientes as informações co(n) textuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o princípio de economia, sobrepuja outra, o princípio de iconicidade.

Em contraste com a iconicidade, que torna a estrutura linguística tão transparente quanto possível, a economia, que pode ser sintagmática ou paradigmática, representa uma pressão para o mínimo esforço e para a simplificação máxima da expressão (Haiman, 1983; 1985).<sup>16</sup>

Se a economia paradigmática reduz a duplicidade de formas com a mesma função, isso também pode ser dito da economia sintagmática. Isso significa que os dois tipos atuam também como mecanismos para tornar mais transparente a relação entre forma e conteúdo. O fato de o núcleo nominal e o pronome-lembrante (*resumptive pronoun*) reiterarem a mesma entidade referencial no discurso implica duplicidade formal. É o que Leufkens (no prelo) entende por redundância,

---

16 A economia paradigmática se traduz pela tendência de reduzir ao máximo o inventário de signos de um sistema linguístico, cuja consequência mais direta é o fenômeno da polissemia. A economia sintagmática, por outro lado, é a tendência de reduzir o comprimento ou a complexidade de qualquer enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente, e a informação que é redundante e/ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida (Haiman, 1985, p.158).

isto é, as relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Os princípios de economia e iconicidade atuam em conjunto para maximizar a relação de transparência entre forma e conteúdo e acabam se tornando, portanto, motivações em competição nesse processo.

Outra motivação em competição tem a ver com o componente contextual da GDF em termos das relações sociais de estigma e prestígio estabelecidas pelos participantes da interação. Se a reiteiração de informação de curto prazo transforma o grau de estigmatização das copiadoras em um problema incontornável, o último recurso que resta a um falante sociolinguisticamente sensível é apelar para a estratégia de lacuna, cuja representação morfossintática é fornecida em (49). Essa estratégia não dispõe de duplicidade de referência, nem como a estratégia de pronome relativo, nem como a de retenção pronominal, e é por isso mesmo que, segundo Tarallo (1983), vem ganhando a preferência do falante de variedades de prestígio, em detrimento da copiadora no português brasileiro. Mas os dados indicam que ela se generaliza para outras variedades, especialmente a lusitana.

(49) A roupa que eu gostava.

que-marcador de relativização	eu	gostava
p <sup>I</sup>	p <sup>I+1</sup> Tópico	p <sup>M</sup>

Por conveniência, repete-se a seguir o exemplo (44a), como (50a).

(50) a [ela escolhia [a roupa [d(e/a) qu(e/al) eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual

Apesar de respeitar o princípio de iconicidade, a estratégia de pronome relativo manifesta o grau mais baixo de transparência entre as estratégias, posição ocupada, à primeira vista, pela estratégia de retenção pronominal. Isso se dá mediante a inserção do Np argumental ou não argumental *in situ* na posição depois do verbo,

como se vê em (44b), repetido a seguir como (50b), que também permite continuidade tópica.

- (50) b [ela escolhia [a roupa [que eu gostava dela] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual

que	eu	gostava	dela
P <sup>I</sup>	P <sup>I+1</sup> Tópico 1	P <sup>M</sup>	P <sup>M+1</sup> Tópico 2

Na relativização de posições preposicionadas, tanto a estratégia de retenção pronominal quanto a de lacuna respeitam o princípio de integridade de domínio, mas a de pronome relativo sempre o viola, ao dar preferência a uma posição que rompe a adjacência do Np argumental com o predicado verbal, como se vê em (50a).

Já a estratégia de lacuna de (44c), repetida a seguir como (50c), é tão transparente quanto a de retenção pronominal: a ausência da retomada do antecedente na codificação morfossintática viola, por um lado, o princípio de integridade de domínio e respeita, por outro, o princípio de economia.

- (50) c [ela escolhia [a roupa [que eu gostava Ø] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual, (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)

Interessante observar que a estratégia realmente emitida no enunciado é a de lacuna, contida em (50c), em que o uso de um Pp locativo – “na minha frente” –, implicando anterioridade temporal, equivale a uma ressalva da interlocutora para afirmar que a escolha da irmã sempre antecedia sua própria escolha. Nesse enunciado, a falante finaliza antes o Np para somente depois inserir o Pp, que exprime sua ira, motivada pelo fato de a escolha da irmã preceder a sua. Uma alternativa possível seria inserir o Pp antes do Np “a roupa que eu gostava”, mas preservando o princípio de integridade de domínio em relação à posição do Np na função de objeto de “escolher”.

Todas as relativas restritivas da amostra respeitam esse princípio e, como o português se classifica tipologicamente como língua com relativa de núcleo externo em posição pós-nuclear, todos os casos da amostra são um reflexo direto desse princípio.

O inglês dispõe de uma construção relativa, a de (51a), que viola a integridade do Np relativizado, mediante a colocação do modificador na posição final da oração. No entanto, a versão portuguesa em (51c), com uma interpretação claramente apresentativa, respeita a ordem núcleo + modificador, preservando, portanto, o princípio de integridade de domínio.

- (51) a The guy has arrived who's going to fix my lock. (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.285)  
 b (\*) O cara chegou [que vai consertar minha fechadura.]  
 c Chegou o cara [que vai consertar minha fechadura.]

A descontinuidade formal da construção (51a) viola claramente as relações de transparência. Recorde-se que o princípio de integridade de domínio assegura que as categorias semânticas núcleo e modificador da relativa devem ser morfossintaticamente contíguas. O Np “the guy” e a oração “who’s going to fix my lock” designam, em termos semânticos e pragmáticos, o mesmo referente, mas a codificação morfossintática separa o Np e a oração relativa, intercalando a forma composta do sintagma verbal (*verb phrase*, Vp) da oração principal.

O resultado é claramente um fenômeno de descontinuidade (Hengeveld, 2011, p.13), que as variedades do português parecem não admitir: a sentença mais próxima de (51a) com o mesmo valor é agramatical; (51c), por seu lado, diverge de (51a) por consistir numa declaração tética, desprovida de tópico, isto é, toda a informação nela contida é nova, diferentemente de declarações categóricas, que dispõem de um tópico (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.89).

Quando a relativa é restritiva, caso em que envolve, juntamente com a principal, um único ato discursivo na formulação pragmáti-

ca, a codificação morfossintática, em termos do conjunto principal + subordinada, respeita o princípio de integridade de domínio, pelo menos em relação à ordem dos constituintes.

### Similaridade formal entre relativas e completivas

Avançando ainda um pouco mais na discussão, pode-se postular a existência de uma similaridade formal entre as relativas de lacuna e de retenção pronominal e as completivas que se assenta, teoricamente, na diferença conceitual entre as relações núcleo-modificador e núcleo-dependente<sup>17</sup> (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os exemplos típicos da relação núcleo-modificador são as que se estabelecem entre o nome e o adjetivo atributivo, entre o nome e a posse alienável e entre o adjetivo e o advérbio de grau ou intensificador.

Para essas situações, prediz-se que, se houver marcação morfossintática em um dos dois membros do par, ela incidirá sobre o modificador, o que mantém a correspondência entre marcação funcional e marcação morfossintática nos seguintes termos: se o modificador for funcionalmente marcado na função opcional de especificar o núcleo, haverá uma forte expectativa de que o papel de modificador esteja refletido no elemento que veicula a marcação morfológica. No português, língua em que a marcação ocorre nos dois membros do par, o papel do modificador é o de refletir apenas o que ocorre no núcleo, o que se define pela relação de concordância nominal (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

As relações do tipo núcleo-dependente são as que ocorrem entre um predicado e seus argumentos, independentemente de o predicado ser verbal, nominal ou adposicional. Observe (52a)-(52b) a seguir com as respectivas traduções.

---

17 Na realidade, a primeira relação traduz a relação *head-modifier*, e a segunda, a relação *nucleus-dependent* (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Demos preferência por empregar o termo “núcleo”, deixando para o outro par da relação a diferenciação conceitual envolvida.

- (52) a The assertion that he made yesterday  
A afirmação que ele fez ontem.
- a' The president's suite  
A suíte do presidente
- b The assertion that the world is flat  
A afirmação (de) que o mundo é plano.
- b' The president's son  
O filho do presidente  
(Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.396)

A relação entre o nome e a oração de (52a) e o primeiro e o segundo nome de (52a') apenas representa a expansão de um núcleo por um modificador opcional, mas a situação ilustrada por (52b) e (52b'), não: um predicado nominal está em relação não hierárquica com seu argumento, que é determinada pelo molde de predicação relevante, de tal modo que o conjunto constitui um núcleo.

Essa análise se aplica às outras construções similares do português falado, como aquelas expressas em (53a), para a variante informal, e em (53b), para a variante formal, em que a oração completiva é um argumento do nome nuclear.

- (53) a venta tanto, não é, você tem **a sensação que você está dentro de um navio**, em *Ouro Preto*. (Brasil 80: Arte urbana)
- b venta tanto, não é, você tem **a sensação de que você está dentro de um navio**, em *Ouro Preto*.

Na morfossintaxe, a tarefa de exprimir a função semântica, que se estabelece entre o predicado e o dependente, é atribuída aos dois: ora os argumentos são morfossintaticamente marcados, ora é o próprio predicado, variação que não é universal, mas que depende de cada língua. Assim, as relações núcleo-dependente se aplicam também a predicados nominais e a predicados adposicionais e seus argumentos, como o “irmão de João”, “sobre a mesa”, cujos núcleos são, respectivamente, “irmão” e “sobre”.

Nesse tipo de relação, o núcleo é o veículo da marcação de dependência. Em Jarawara (Dixon, 2000, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008), por exemplo, o gênero do núcleo de uma expressão de

posse inalienável aparece marcado no nome possuído, pelo fato de ser determinado pelo gênero do possuidor. Já em sintagmas que exprimem posse alienável, cuja relação é núcleo-modificador, a marcação é determinada pelo gênero inerente do nome possuído, como de resto acontece no português.

Um caso de gramaticalização em que a relação núcleo-modificador pode ser mais bem entendida como núcleo-dependente pode ser visto nos exemplos (35a)-(35b), aqui repetidos como (54a)-(54b). Esses casos são ilustrações de um uso inovador da relativa como argumento de nome, especialmente avançado na variedade brasileira.

- (54) a então, acho que desde o **momento que ela fez isso**, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)
- b de repente **a hora que a gente estava na pizzaria**, eu não me, eu não me lembro (Brasil 93: Festa de estudante)

Esses nomes designadores de tempo (“momento”, “hora”) e outros, como “minuto”, “ano” etc., podem ser seguidos por uma oração subordinada completiva, do tipo nominal,<sup>18</sup> em razão de, em primeiro lugar, necessitarem regularmente de complementação (“hora **de trabalho**”; “momento **de descontração**”) e, em segundo lugar, de prescindirem de uma relação anafórica com o antecedente (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.261). É por isso que a oração deve ser vista como um argumento do nome. Outras categorias genéricas, também passíveis de complementação, são representadas pelos nomes “modo” (modo **de ser**), “lugar” (lugar **de lazer**), “quantia/quantidade” (quantidade **de manteiga**), “razão” (razão **de viver**).

Há casos, no entanto, em que esse tipo de nome também é modificado por uma oração relativa, como em (55a)-(55b), estabelecendo-se uma relação anafórica entre o núcleo e o relativo “que”. Nessa situação, em que a preposição “em” torna visível na codificação morfossintática a função semântica locação, o conector “que” atua como pronome relativo e é, como tal, comutável por “o(a) qual”.

18 A propósito da oração completiva nominal, confira Capítulo 8.

- (55) a então, acho que desde o **momento em que ela fez isso**, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo (Brasil 80: Gosto dela)
- b de repente **a hora em que a gente estava na pizzaria**, eu não me, eu não me lembro (Brasil 93: Festa de estudante)

Feita essa digressão, retornemos à interpretação funcional das três construções relativas possíveis em português, ilustradas por (50a)-(50c).

Viu-se que a estrutura morfossintática de (50a) licencia o pronome relativo como elemento correferente do núcleo com o qual estabelece, se necessário, concordância de gênero (“da qual”), que aciona, inclusive, marcação redundante com o núcleo. Apesar de não se aplicar o mesmo a (50b) e (50c), que atribuem ao conector “que” a função de um marcador de relativização (Dik, 1997b) ou conjunção, a proximidade com as estruturas completivas na morfossintaxe não corresponde a uma similaridade semântica que possa identificar as estratégias de retenção pronominal e de lacuna com as completivas.

As outras posições relativizadas a que se estende essa interpretação são as de objeto indireto e as de oblíquo, como as de (50b)-(50c) para “roupa” que tem como argumento, nesse caso, “que eu gostava” (“dela”/ausência de Pp). E também as de sujeito e objeto direto, que podem ter, ambas, uma alternante de retenção pronominal, conforme se observa em (56a) e (56b), criadas a partir de enunciados do *corpus*.

- (56) a depois tem **uma porta bem grande de ferro** [que ela separa da copa]. a copa não é absolutamente como nós vemos na cidade. (Brasil 80: Fazenda)
- b você concorda então com essa, a, essa, toda essa **campanha** [que o, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo ela] (Brasil 80: Arte urbana)

Tanto os exemplos (50b)-(50c) quanto (54a)-(54b), incluindo agora (56a)-(56b), identificam casos de relativas conectadas por uma conjunção, assim como as de encaimento de preposição, como (29b), aqui repetido como (57).



- (57) O armário **que** João deixa o trabalho inacabado **sobre (ele/Ø)** não tem mais espaço.

A codificação morfossintática prevê um pronome relativo como conector de (50a) e uma conjunção como conector de (50b)-(50c). Para fazer jus a essa codificação de conjunção ou palavra gramatical (Gw), as relativas de retenção pronominal, de lacuna e de encaimento de preposição se aproximam formal, mas não semanticamente, das completivas. No entanto, a codificação morfossintática dessas construções autoriza, por um lado, a análise da alternante de pronome relativo, ou *pied-piping*, de (50a) como a única em que o conector exprime relação anafórica com o nome nuclear da principal. Por outro lado, a análise de (50b) e (50c) como núcleo-dependente fica automaticamente bloqueada não pelas determinações morfossintáticas, mas pelas determinações semânticas, já que se trata, em (50a)-(50c), da mesma relação semântica de modificação, que restringe, nas três alternantes, o universo das roupas àquela de que o falante gosta.

Aplica-se a esse caso um processo claro de gramaticalização pelo qual um pronome relativo passa a exercer a função de marcador de relativização, isto é, um operador gramatical com clara função anafórica se torna um operador ainda mais gramatical, com a perda da possibilidade de recuperar traços do antecedente. Já em termos da construção em si, é difícil falar em gramaticalização, não só porque tanto a relativa quanto a completiva constituem construções subordinadas ou encaixadas, mas também porque a semântica da restrição imposta às relativas de lacuna, em geral, e às que relativizam sujeito e objeto, identifica-as com a relação núcleo-modificador.

Ao conector, pelo menos, aplicam-se os princípios arrolados por Hopper (1991) para a gramaticalização de itens lexicais em gramaticais, ou de itens gramaticais em ainda mais gramaticais. Em primeiro lugar, aplica-se o princípio de estratificação, já que a “camada” do relativo coexiste com a da conjunção. Aplica-se também o princípio de divergência, uma vez que o item se gramaticaliza no contexto das relativas de lacuna e de retenção pronominal, mas não

no contexto da relativa de pronome relativo. Essa restrição mostra uma especificação estilística, já que a estratégia de pronome relativo ocorre apenas nos contextos formais escritos, em especial na variedade brasileira.

Uma demonstração da aplicação do princípio de especialização de Hopper (1991) está no estreitamento da seleção das formas disponíveis para exercer a mesma função. Esse estreitamento é acompanhado pela frequência cada vez maior de uso de conjunção nas relativas de lacuna e nas de retenção pronominal na modalidade falada da variedade brasileira, já muito atestado também na variedade portuguesa (Arin; Ramilo; Freitas, 2005; Alexandre, 2000).

O princípio de persistência prevê a preservação de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma (mais) gramaticalizada. É possível verificar a atuação dessa propriedade no caráter conector, visível tanto no pronome relativo quanto na conjunção.

Por último, perdem-se, na conjunção, alguns traços categoriais, típicos do pronome – foricidade e concordância de gênero e número com o termo antecedente –, o que indica aplicar-se também o princípio de descategorização.

Todas as estratégias restritivas aqui tratadas evocam uma relação de subordinação, mas numa relativa não restritiva, como a de (58a), as relações de dependência e de modificação em relação ao núcleo ficam suspensas por razões óbvias de organização morfossintática. Além disso, como há uma relação de dependência de mão única, a relação entre a oração não restritiva e a nuclear deve ser categorizada como um caso de cossubordinação (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.309).

- (58) a <sub>AI</sub>[a própria metrópole] <sub>AJ</sub>[*que nos colonizou*]<sub>AJ</sub> [tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus]<sub>AI</sub>. (Angola 97: Ensino em Angola)
- b havia uma linha bastante completa de homem, onde tinham um peeling, *que é um esfoliante para limpar a pele em profundidade* (Portugal 96: Bom senso e bom rosto)

Com efeito, as motivações pragmáticas aqui são de outra ordem: há, em (58a), dois atos discursivos  $A_i$  e  $A_j$ , e um deles,  $A_i$ , sofre uma descontinuidade para que seja enunciado  $A_j$ , em clara violação ao princípio de integridade de domínio. Já a construção (58b) manifesta uma ordenação em que a relativa não restritiva segue normalmente a nuclear.

## Processo de codificação: aspectos fonológicos

Na interpretação discursivo-funcional aqui adotada, a codificação morfossintática de construções não restritivas dispõe das mesmas categorias estruturais da codificação de uma oração restritiva. Considerem-se, nos exemplos (59a)-(59b), as interpretações possíveis de relativa restritiva e de não restritiva atribuídas à mesma oração.

- (59) a os meninos hoje *que me abordam na rua* dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro (São Tomé e Príncipe 96: Ser professor).
- b os meninos hoje, *que me abordam na rua*, dizem que precisa hoje no liceu de, de, no liceu e algumas escolas, de algum pulso assim de ferro
- c Os meninos hoje *me abordam na rua* e dizem que precisa hoje no liceu de algum pulso assim de ferro

Recordemos que uma relativa não restritiva, como a de (59b), revoga, por assim dizer, o princípio de integridade de domínio, preservado na justaposição de (59c), em favor de dar maior grau de proeminência à informação de que a opinião dos meninos é mais importante que abordar o falante na rua. Como a informação, que deve ser fonologicamente codificada, é a de um movimento que consiste em dois atos discursivos, o ato que trata da abordagem é subsidiário ao da opinião dos meninos, mesmo assim o interrompe na linearização.

A codificação fonológica interpretará essa interrupção como uma instrução para dar um contorno entonacional próprio a (59b)

a cada segmento do movimento, possibilitando a produção de três frases entonacionais (“intonation phrase”, IP), dois com um contorno não final e um com um contorno final. Fica para a codificação morfossintática a tarefa de integrar os dois atos discursivos sintaticamente, o que é realizado mediante a aplicação de um molde geral para orações relativas, independentemente da natureza restritiva ou não restritiva delas. A diferença, no entanto, é que “que me abordam na rua” em (59a) forma o mesmo contorno entonacional do material circundante “os meninos dizem...”.

As relativas não restritivas da amostra contêm, em geral, uma pausa entonacional explícita, que, em (59b), é marcada graficamente pela vírgula. Há casos em que, além de uma pausa entonacional clara, na fronteira entre o Np e a oração relativa apositiva, podem aparecer atos discursivos interativos, como “não é”, em (60).

- (60) não é, vê-se isso no mundo industrial, *não é, em que se criam diferenças entre as pessoas que trabalham* e... se procura que hajam interesses pessoais para que, eh, cada um tenha qualquer coisa a defender e não haja espírito de que há... uma coisa colectiva a defender, não é, isso vem do poder e vem (Portugal 95: Grandes cidades)

Ocorre, todavia, que, em vez de pausa, o que identifica a codificação fonológica é uma variação de tessitura. Assim, a pausa, que marca o limite, não precisa ser necessariamente silêncio, mas uma alteração prosodicamente perceptível de mudança de frequência (Nespor; Vogel, 1986).

A codificação morfossintática atribui a mesma estrutura aos dois tipos de orações relativas e a codificação fonológica assume a tarefa de assegurar que o estatuto subsidiário do ato discursivo encaixado na não restritiva de (59b) esteja refletido na prosódia (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.284-5).

Interpretando pragmaticamente a construção restritiva de (59a), é possível considerá-la como um movimento constituído por um único ato discursivo, não dois, como ocorre com (59b) e (60). Uma sentença que não resiste à negação, à interrogação e a perguntas do

tipo *question-tag*, justamente porque o conteúdo da subordinada é pressuposto e não afirmado (Cristofaro, 2003). A diferença entre as duas não está na morfossintaxe, mas na natureza da seleção pragmática que o falante faz ao formular o enunciado.

O que diferencia, portanto, uma oração restritiva de uma não restritiva, que imprime à primeira um caráter semântico e à segunda, um caráter pragmático, é que a restritiva, por um lado, assume o mesmo contorno entonacional da oração principal de que é parte integrante; a não restritiva, por outro lado, terá o estatuto de ato subsidiário ou aposição (*aside*), refletido na prosódia por uma entonação própria e, como tal, codificado pelo nível fonológico.

É essa função retórica aposição que confere à oração não restritiva seu caráter de dependência em relação à oração que codifica o outro ato discursivo. Por ser o ato discursivo, representado pela oração não restritiva, uma função subsidiária do outro ato discursivo, representado pela oração nuclear, o reflexo morfossintático mais evidente é o de que há entre elas uma dependência de mão única que corresponde a uma relação de cossubordinação. A oração não restritiva não é autossuficiente e, ainda assim, não chega a ser um constituinte da primeira oração, que tem, em si mesma, uma interpretação autossuficiente.

## Palavras finais

Das quatro estratégias reconhecidas por Keenan (1985) e Comrie (1989), as variedades lusófonas dispõem da estratégia de lacuna, nas posições de sujeito e de objeto, que se estendem às estratégias cortadoras; nas posições preposicionadas, a de pronome relativo, ou *pied-piping*, amplamente entendida como a variante-padrão; e, como alternantes, a estratégia de retenção pronominal ou variante copiadora. Nessa condição, é possível dispor ainda da estratégia de encaimento de preposição, restrita, todavia, a preposições lexicais simples e complexas e, provavelmente, à variedade brasileira.

Esse leque de alternativas disponíveis depende de três aspectos distintos, relacionados à construção de uma relativa: da seleção do conector; do emprego ou não de preposições nos casos de Pp na função de oblíquo e objeto indireto em que elas seriam requeridas; da marcação adicional de função semântica.

É possível generalizar, quanto à seleção do conector, que as variedades do português permitem a seleção, com maior frequência que um pronome relativo, do conector invariável “que”, identificado como uma categoria conjuntiva, ou marcador de relativização (Dik, 1997b). Essa seleção é especialmente frequente nas funções de sujeito e de objeto, as posições mais altas na hierarquia de acessibilidade, em que o uso de um pronome relativo é mais raro. É mais frequente também nas construções de retenção pronominal e de lacuna, que relativizam as posições mais baixas de objeto indireto, oblíquo e genitivo, mais sujeitas ao uso do pronome relativo como conector. Na interpretação discursivo-funcional aqui adotada, o uso da conjunção como conector aproxima morfossintaticamente das orações completivas as relativas de lacuna (cortadora, copiadora e de preposição encaçada).

Quanto ao emprego de preposições e, por extensão, à codificação de função semântica, é possível concluir o seguinte: quando a relativa está envolvida com as funções sintáticas de objeto indireto e de oblíquo, a escolha da preposição torna visível, na codificação morfossintática, de modo simultâneo, a marcação dessas funções sintáticas e respectivas funções semânticas em posição pré-verbal. Essa situação, que identifica a estratégia de pronome relativo, viola o princípio de integridade de domínio.

A expressão de preposições pode ocorrer simultaneamente à expressão de um MR ou conjunção, situação em que a relação anafórica própria do pronome relativo é operada por um pronome-lembrado na posição canônica pós-verbal. Alternativamente, pode não ocorrer a expressão de um pronome-lembrado retomando, na relativa, o núcleo da principal. Essas duas situações identificam, no primeiro caso, uma estratégia de retenção pronominal ou copiadora e, no segundo, uma estratégia de lacuna ou cortadora. Já quando

é possível uma estratégia de encaimento de preposição, omite-se obrigatoriamente o pronome-lembrante, embora se preserve a preposição, que, diferentemente do que ocorre nas posições mais baixas da hierarquia de acessibilidade, é de natureza lexical, não gramatical.

Uma consequência relevante derivada desse comportamento é que, no domínio da subordinação relativa restritiva e da completiva, as categorias disponíveis não são discretas, mas fluidas e contínuas. As relativas não nucleares já têm um estatuto de completivas, situação já plenamente reconhecida nos compêndios de gramática tradicional. Postula-se aqui, no entanto, avançar um pouco mais nessa aproximação.

Com efeito, os dados da amostra permitiram constatar a presença de uma conjunção na posição do conector em restritivas não preposicionadas de sujeito, de objeto, e em restritivas preposicionadas de oblíquo e de objeto indireto, com tendência à supressão do Pp no registro falado informal. Essa situação indica com clareza que esses tipos de relativas se aproximam formalmente, mas não semanticamente, de construções núcleo-dependentes.

No entanto, as construções relativas que envolvem categorias genéricas de tempo, lugar, modo, razão, quantidade se identificam não apenas formalmente com as completivas, mas também semanticamente. O fato de a relação deixar de ser hierárquica para ser equipolente ou configuracional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) implica que essas relativas, quando destituídas de preposição, compartilham um traço com as completivas nominais, ou seja, a relação entre predicado e argumento.

Por último, a seleção da estratégia de retenção pronominal, em detrimento da estratégia de pronome relativo, acaba sendo de fato funcionalmente mais eficaz, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas, incluindo a de objeto de comparação. A razão dessa eficácia funcional se assenta no fato de que essa estratégia explicita todas as posições sintáticas, permitindo a reprodução da ordem canônica SVO dos constituintes, em respeito ao princípio de integridade de domínio. Essa explicitação,

que torna a estrutura linguística mais transparente, deixa a relativa estruturalmente similar às orações independentes, em relação à ordem dos constituintes.

Há, por outro lado, uma reduzida incidência da estratégia de retenção pronominal nesse recorte sincrônico, que pode ser creditada ao fato de ela estar sujeita a motivações em competição (Du Bois, 1985), e prevalece o princípio de economia: considerando que o pronome-lembrete retoma anaforicamente o núcleo nominal da principal, a construção complexa como um todo acaba se tornando redundante. É, portanto, a aplicação do princípio de economia que ativa a preferência pela estratégia de lacuna. A outra motivação, derivada do contexto social, é atribuída por Tarallo (1983), em seu estudo diacrônico sobre o português brasileiro, a um valor de estigma social possivelmente derivado também do caráter redundante da estratégia de retenção pronominal, quando se estabelece a relação de correferência entre elementos morfossintaticamente adjacentes.

Em suma, uma das motivações em competição – o princípio de economia – opera a favor da não reiteração de marcas formais para o mesmo conteúdo, do que resulta a estratégia de lacuna. Essa alternante é socialmente neutra, mas cognitivamente menos explícita, em virtude da omissão de uma informação de curtíssimo prazo no polo da produção, que deve ser preenchida pelo interlocutor no polo da interpretação.

A seleção entre as estratégias obedece, portanto, a princípios conflitantes, como motivações em competição (Du Bois, 1985), e uma consequência relevante dessa competição é que a preferência por uma estratégia na relativização de posições preposicionadas indica graus diferentes de transparência, conforme mostra (61).

- (61) estratégia de retenção pronominal → estratégia de pronome relativo  
→ estratégia de encaimento de preposição → estratégia de lacuna

Quanto mais clara a relação entre a referência e a codificação morfossintática, tanto maior a relação de iconicidade e, portanto, mais elevado o grau de transparência. O ápice do grau de trans-



parência é atributo da estratégia copiadora, como um reflexo da ordem S-V-O/OB/OI, que ocorre canonicamente em construções declarativas simples. Essa culminância comprova tipologicamente a preferência pelo uso da estratégia de retenção pronominal. Na posição média, aparece a estratégia de pronome relativo, justamente por codificar morfossintaticamente os dois subatos de referência que a constituem, mas numa sequência que viola o princípio de integridade de domínio.

As menos transparentes são a relativa de preposição encalhada e justamente a estratégia de lacuna, a alternante mais frequente no uso, inclusive por falantes lusófonos de variedades prestigiadas. Nesses dois casos, o princípio de economia acaba sendo mais relevante que o de iconicidade, já que a codificação morfossintática da estratégia de lacuna elimina um constituinte pragmática e semanticamente redundante, sobretudo quando codificado morfossintaticamente em posição adjacente ao antecedente.

Por fim, as restritivas são identificadas pragmaticamente por representarem um único ato discursivo, e as não restritivas, por representarem dois atos discursivos. O reflexo morfossintático mais evidente dessa diferença pragmática é que a expressão linguística resultante se identifica com uma relação de subordinação para as restritivas justamente por exercerem a função de um modificador. As não nucleares, que atuam como argumento, se encaixam na classe das completivas. Juntam-se a elas as relativas de lacuna, que relativizam categorias semânticas de tempo, lugar, modo, razão e quantidade.

As não restritivas, por seu lado, definem-se como cossubordinação, em razão da função pragmática de aposição que assumem, em contraste com o outro ato discursivo com o qual estabelecem uma relação de dependência de mão única.

Pode-se postular, por fim, uma escala de gramaticalização das próprias orações relativas. Como, para a GDF, uma oração pode ocorrer como constituinte de outras orações como adverbiais, completivas ou predicativas (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.352), é possível defender a ideia de que as restritivas de retenção pronomi-

nal e de lacuna<sup>19</sup> se aproximam formalmente da classe das orações completivas. Como as restritivas de pronome relativo constituem modificadores, a escala de gramaticalização teria o formato apresentado em (62), em que a seta indica grau progressivamente maior de subordinação.

- (62) **cossubordinação** (relativa não restritiva) → **subordinação modificadora 1** (restritiva de pronome relativo) → **subordinação modificadora 2** (restritiva de conjunção: estratégia de lacuna e estratégia de retenção pronominal) → **subordinação completiva** (orações não nucleares; construções de lacuna que relativizam categorias semânticas tempo, lugar, modo, razão, quantidade)

Um traço que une todos os casos contidos nessa escala é que, não importa a condição de cossubordinação, subordinação modificadora e subordinação completiva, a relativa consiste numa oração encaixada num Np, diferentemente da subordinação modificadora adverbial, que se define como oração encaixada em outra oração. Ressalte-se que essa escala representa por si só um grande ganho na taxonomia das construções subordinadas, propiciado pela GDF: amplia o leque de possibilidades e reitera o princípio funcional de que as categorias são contínuas, e não discretas, como costuma aparecer, em geral, nas gramáticas tradicionais.

---

19 Vale a pena lembrar que as restritivas de lacuna que relativizam posições de sujeito e de objeto se agrupam às que relativizam posições preposicionadas.